

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE
MESTRADO E DOUTORADO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE**

Letiane de Souza Machado

**DO BEM-ME-QUER ÀS NOVAS MARGARIDAS:
A AGROECOLOGIA QUE COLHE O FUTURO E ADUBA O PROTAGONISMO
FEMININO EM UMA REGIÃO FUMAGEIRA**

Santa Cruz do Sul
2021

Letiane de Souza Machado

**DO BEM-ME-QUER ÀS NOVAS MARGARIDAS:
A AGROECOLOGIA QUE COLHE O FUTURO E ADUBA O PROTAGONISMO
FEMININO EM UMA REGIÃO FUMAGEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde - Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Promoção da Saúde, Linha de Pesquisa Vigilância em Saúde, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Promoção da Saúde.

Orientadora: Dr^a Edna Linhares Garcia
Coorientadora: Dr^a Analídia Rodolpho Petry

Santa Cruz do Sul
2021

Letiane de Souza Machado

**DO BEM-ME-QUER ÀS NOVAS MARGARIDAS:
A AGROECOLOGIA QUE COLHE O FUTURO E ADUBA O PROTAGONISMO
FEMININO EM UMA REGIÃO FUMAGEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde - Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Promoção da Saúde, Linha de Pesquisa Vigilância em Saúde, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Promoção da Saúde.

Dr^a Edna Linhares Garcia

Professora orientadora – Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde

Dr^o Analídia Rodolpho Petry

Professora coorientadora – Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde

Dr^a Silvia Isabel Rech Franke

Professora examinadora – Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde

Dr^a Fabiana Thomé da Cruz

Professora Examinadora Externo (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Santa Cruz do Sul
2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio, confiança e compreensão. Às minhas irmãs, as quatro, sempre presentes. Em especial à minha mãe que me acompanha em todos esses anos de estudos. Agradeço por estar comigo nos melhores e nos piores momentos, durante minha graduação, na residência e agora no mestrado. Agradeço por me acolher e me amparar, agradeço por me fazer acreditar que é possível.

Agradeço a ele, meu namorado, Lázaro. Nesses dois anos me dando suporte e amor, para que pudesse conquistar e realizar todos meus sonhos. Agradeço pelas tardes de discussão e trabalho, agradeço pelos dias de descontração e felicidade, agradeço pela leveza que me trouxe nesse ano de isolamento social tão duro para nós. O caminho contigo se tornou muito mais fácil.

À amiga e orientadora, Edna Linhares Garcia, agradeço pelas risadas, pelas conversas acolhedoras, pelas caronas, pelo afeto e pelo carinho. Agradeço, também, pelo conhecimento passado de forma tão generosa e humilde. Sortudas são as pessoas que, como eu, tem o prazer de conviver e aprender contigo.

Agradeço à professora e minha coorientadora Analídia Petry, por todo auxílio, incentivo e carinho. Pelas problematizações e ensinamentos, por iluminar meu caminho e me acompanhar nessa jornada de crescimento profissional.

Agradeço à coordenação do PPGPS, Prof^ª Silvia Franke e Prof^ª Jane Renner. Agradeço por confiarem em mim, apostarem nas minhas ideias e projetos. Agradeço pela liberdade, e pelo trabalho em conjunto. Agradeço aos docentes do programa, que contribuíram, cada um de sua forma, para meu projeto.

Agradeço à minhas amigas, Desirée, Gabriela, Luiza e Roberta, imprescindíveis nesse ano de pandemia. Obrigada pelas horas e horas de conversas, obrigada pelo apoio e pelos momentos de amizade.

Agradeço aos pesquisadores e pesquisadoras do Grupo de Pesquisa em Saúde (GEPS) e do Grupo da Pesquisa sobre Álcool e outras Drogas (GRUPAD), pelo companheirismo e afeto.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fornecimento da bolsa de mestrado, que possibilitou a realização desta pesquisa.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todas as mulheres
que contribuíram com suas
histórias para minha pesquisa.*

*Dedico também, a todas as mulheres que
compartilham a vida comigo.*

*Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância,
já que viver é ser livre.*

Simone de Beauvoir

RESUMO

INTRODUÇÃO: Ser mulher é nascer marcada por uma norma social, mesmo antes de entender ou de desenvolver capacidade crítica, é ter sua existência ligada ao feminino, ao cuidado e ao lar. Ao olhar para a mulher do campo, sua realidade não foge ao padrão, o trabalho árduo ganha o nome de "ajuda", e seu reconhecimento de "invisível". Na agroecologia, as mulheres são pioneiras na instalação de hortas para alimentação da família, contudo é corriqueiro que o homem assuma a venda dos excedentes e gerencie a renda familiar. Essa estrutura mantém a mulher rural restrita ao ambiente doméstico, contribuindo para invisibilização de seu trabalho e uma menor participação na sociedade. Em contraponto, os movimentos sociais se articulam há 20 anos na luta pela equidade de gênero e uma produção de alimentos justa, que respeite a natureza, as pessoas e a vida, sendo apontada a agroecologia como uma perspectiva para o futuro. Em 2020, com a pandemia de COVID-19, a agroecologia ganhou destaque, uma vez que as grandes indústrias alimentícias de cadeia longa não conseguiram suprir as demandas populacionais por alimentos, evidenciando a necessidade do fomento às produções locais, independentes de insumos industriais e que conservem a natureza e seus recursos. A presente dissertação objetiva analisar, nas narrativas de jovens mulheres, as motivações para a produção agroecológica e as transformações dos papéis atribuídos à mulher camponesa, sob o olhar da autonomia, da liberdade e da saúde. Objetiva-se também refletir sobre os impactos socioeconômicos da pandemia de COVID-19, na fome e na insegurança alimentar e nutricional, traçando um contraponto com as práticas agroecológicas e suas perspectivas no Brasil e no cenário mundial.

ARTIGO I - MULHER E AGROECOLOGIA NO BRASIL: UMA BIBLIOMETRIA DE DEZESSEIS ANOS DE HISTÓRIA: Nesse artigo objetivamos mapear a literatura sobre a mulher na agroecologia e seus indicadores bibliográficos. Trata-se de um estudo bibliométrico, descritivo, com análise quantitativa. A busca se deu em 4 bases, com os descritores “mulher” e “agroecologia”, resultando em 82 trabalhos. Em 2013 houve crescimento das publicações, com queda em 2019. A predominância de autoras (81,74%) demonstra uma busca por evidenciar o protagonismo feminino nos movimentos agroecológicos, bem como na ciência. Somente 6 autoras publicaram mais de um trabalho na área. Dos 21 artigos em revistas científicas, 1/3 estava concentrado no mesmo periódico, assinalando a Universidade de Santa Catarina como frente de pesquisa na temática. Os resultados apontam para a dispersão e descontinuidade das autorias, sugerindo a necessidade da criação de redes de estudos e pesquisa de referência.

ARTIGO II - O FLORESCIMENTO DE NOVAS MARGARIDAS: AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO E SAÚDE: Esse artigo objetiva analisar, nas narrativas de jovens agricultoras, agroecológicas a influência da educação rural, as transformações geracionais nas relações de gênero e suas percepções sobre a agroecologia. Os dados analisados resultaram de uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistadas 5 jovens mulheres integrantes de movimentos agroecológicos no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil. As gravações e transcrições foram submetidas à Análise Temática. Como resultados, a educação rural, em especial quando atravessada pela agroecologia, apresentou destaque no desenvolvimento de comunidades mais igualitárias e autônomas. Pode-se observar que a inserção das entrevistadas no movimento agroecológico abriu um espaço de questionamento e de alterações na estrutura familiar. Essa nova geração de mulheres tensiona as relações de gênero culturalmente estabelecidas, principalmente em relação a administração das propriedades e divisão de tarefas. As mulheres foram apontadas como pioneiras da produção orgânica, a qual mesmo não nomeada, sempre foi uma prática transmitida de forma transgeracional. Constatou-se que as hortas de subsistência ampliam a autonomia, garantem a segurança alimentar e nutricional e são um dispositivo de promoção da saúde. Esses aspectos também foram atribuídos a agroecologia, a qual foi reconhecida em seu sentido amplo. Assim, não se restringindo ao status de ciência ou ideologia, mas de um modo de vida que respeita as gerações, a saúde e a natureza. Por fim, concluiu-se que a educação rural, em conjunto com os

preceitos agroecológicos, contribui no processo do fortalecimento da autonomia e da transformação dos modos de vida da mulher rural. **ARTIGO III - COVID-19 E A FOME: REFLEXÕES SOBRE UM FUTURO AGROECOLÓGICO:** A pandemia de COVID-19 gerou grande impacto sobre a sociedade e a economia, desnudando as faces da desigualdade no Brasil, e traçando um caminho em direção a fome e a insegurança alimentar e nutricional. Desde fevereiro de 2020, com a notificação do primeiro caso no país, as medidas de isolamento social e *lockdown* aumentaram as taxas de desemprego e desalento. Assim como, levaram o fechamento de feiras locais, que concediam acesso aos alimentos frescos às periferias, além da elevação do preço dos gêneros *in natura* e o aumento do consumo de produtos industrializados. Dessas questões, emerge a reflexão sobre a fragilidade das cadeias de produção e consumo, que são longas, dependentes de insumos externos e de infraestrutura para o transporte. Na perspectiva de subsidiar estratégias de enfrentamento à fome, acesso a comida e mudanças na lógica da produção alimentícia, esse texto disserta sobre a potencialidade das práticas agroecológicas nesse contexto, entendendo que a agroecologia tem em seus princípios a liberdade, autonomia e saúde, dialogando com os conceitos de soberania alimentar e de luta pela equidade. **CONCLUSÕES GERAIS:** A agroecologia se apresentou como uma ferramenta de questionamento político e das relações econômicas, sociais e culturais. Devido ao caráter transformador, sua definição não se restringiu ao status de ciência ou ideologia, mas como um modo de vida que respeita as gerações, a saúde e a natureza. Para as mulheres, a educação rural e a inserção em movimentos sociais agroecológicos, conferiu criticidade e autonomia. Nas falas, as agricultoras se autorreconheceram como protagonistas da transição agroecológica, se apresentaram como questionadoras das relações de gênero na sociedade e relataram os enfrentamentos para a modificações nas estruturas sociais familiares. As hortas de subsistência, cultivadas por elas, são um dispositivo de ampliação da autonomia, garantia da segurança alimentar e nutricional e de promoção da saúde. A partir de reflexões teóricas, a agroecologia foi compreendida como potente estratégia para a superação da crise alimentar decorrente da pandemia de COVID-19, e para a estruturação de um sistema agroalimentar com perfil mais resiliente, diverso e equitativo.

Palavra chaves: agroecologia, feminismo, segurança alimentar e nutricional, COVID-19.

ABSTRACT

To be a woman is to be born marked by a social norm, even before understanding or developing critical capacity, it is having your existence linked to the feminine, to care, to the home. When looking at the country woman, her reality does not deviate from the standard, hard work is called "help" and her recognition of "invisible". In agroecology, women are pioneers in the installation of vegetable gardens for the family, however it is common for men to assume the sale of surpluses and manage family income. This structure keeps rural women restricted to the domestic environment, contributing to the invisibility of their work and less participation in society. In contrast, social movements have been articulating for 20 years in the struggle for gender equity and fair food production, which respects nature, people and life, with agroecology being pointed out as a perspective for the future. In 2020, with the COVID-19 pandemic, agroecology gained prominence, since the large long-chain food industries were unable to meet the population's demands for food, highlighting the need to encourage local production, independent of agrochemicals and industrial inputs. and that conserve nature and its resources. This dissertation aims to analyze the meanings produced in the narratives of young women about their motivations for agroecological production and the transformations of the roles attributed to women in the countryside, from the perspective of autonomy, freedom and health, as well as reflecting on the socioeconomic impacts of the COVID-19 pandemic, hunger and

food and nutritional insecurity, drawing a counterpoint with agroecological practices and their perspectives in Brazil and on the world stage. **MANUSCRIPT I - WOMEN AND AGROECOLOGY IN BRAZIL: A BIBLIOMETRY OF SIXTEEN YEARS OF HISTORY:** In this article we aim to map the literature on women in agroecology and its bibliographic indicators. Bibliometric, descriptive study with quantitative analysis. The search took place on 4 bases, with the descriptors "woman" and "agroecology", resulting in 82 works. In 2013, there was an increase in publications, with a drop in 2019. The role of female authors was evident (81.74%). Only 6 authors published more than one work in the area. Of the 21 articles published in scientific journals, 1/3 were concentrated in the same journal, pointing to the University of Santa Catarina as the research front. The results point to the dispersion and discontinuity of authorship, suggesting the need to create durable research centers. **MANUSCRIPT II - THE FLOWERING OF NEW MARGARIDAS: AGROECOLOGY, EDUCATION AND HEALTH:** This article aims to analyze, in the narratives of young farmers, agroecological the influence of rural education, generational transformations in gender relations, and their perceptions about agroecology. The analyzed data resulted from qualitative research, in which 5 young women members of agroecological movements were interviewed in the Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brazil. The recordings and transcriptions were submitted to Thematic Analysis. As a result, rural education, especially when guided by agroecology, stood out in the development of more egalitarian and autonomous communities. It can be seen that the insertion of the interviewees in the agroecological movement opened a space for questioning and changes in the family structure. This new generation of women tensions culturally established gender relations, especially about property management and division of tasks. Women were identified as pioneers of organic production, which, even if not named, has always been a practice transmitted in a transgenerational way. It was found that subsistence gardens expand autonomy, guarantee food and nutritional security, and are a health promotion device. These aspects were also attributed to agroecology, which was recognized in its broad sense. Thus, not being restricted to the status of science or ideology, but of a way of life that respects generations, health and nature. Finally, it was concluded that rural education, together with agroecological precepts, contributes to the process of empowerment and transformation of rural women's ways of life. **MANUSCRIPT III - COVID-19 AND HUNGER: REFLECTIONS ABOUT AN AGROECOLOGICAL FUTURE:** The Covid - 19 pandemic had a major impact on society and the economy, stripping the faces of inequality in Brazil, and tracing a path towards hunger and food and nutritional insecurity. Since February 2020, the notification of the first case in the country, social isolation and lockdown measures have increased as unemployment and discouragement rates, as well as the closing of local fairs, which granted access to fresh food to the peripheries, raising the price of food. fresh and increase consumption of industrialized products. These questions reflect on the fragility of the production and consumption chains, which are dependent on external inputs and transport infrastructure. From the perspective of a subsidiary to fight hunger, access to food and changes in the logic of food production, this text discusses the potential of agroecological practices in this context, understanding that agroecology has in its principles freedom, autonomy and health, dialoguing with concepts of food sovereignty and the struggle for equity. **CONCLUSIONS:** Agroecology presented itself as a tool for political questioning and economic, social, and cultural relations. Due to its transformative character, its definition was not restricted to the status of science or ideology, but as a way of life that respects generations, health and nature. For women, rural education and insertion in agroecological social movements conferred criticality and empowerment. In the statements, the farmers recognized themselves as protagonists of the agroecological transition, presented themselves as questioners of gender relations in society, and reported the confrontations for changes in family social structures. The subsistence gardens, which they cultivate, are a device for expanding autonomy, guaranteeing

food and nutritional security, and promoting health. Based on theoretical reflections, agroecology was understood as a potent strategy for overcoming the food crisis resulting from the COVID-19 pandemic, and for structuring an agrifood system with a more resilient, diverse, and equitable profile.

Key words: agroecology, feminism, food and nutrition safety, COVID-19.

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS CAPITULO I - INTRODUÇÃO, MARCO TEÓRICO E OBJETIVOS

Figura 1: Sexta Marcha das Margaridas (2019)	21
Figura 2: Primeira Marcha das Margaridas (2000)	21
Figura 3: Quinta Marcha das Margaridas (2015)	21

FIGURAS CAPITULO II – ARTIGO I

Figura 1: Fluxograma de seleção dos estudos.....	37
Figura 2: Distribuição temporal das publicações.....	39
Figura 3: Top 10 instituições com maior número de publicações.....	40

LISTA DE QUADROS

QUADROS CAPITULO II – ARTIGO II

Quadro 1: Perfil das entrevistadas.....	52
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMA	Articulação Mulheres e Agroecologia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EFASC	Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IFOAM	Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica
INSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
ONU	Organização das Nações Unidas
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCS	Santa Cruz do Sul
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO I	14
1 INTRODUÇÃO	15
2 O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA.....	19
2.1 Agroecologia: conceitos, trajetórias e horizontes.....	22
2.2 Agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, agroecologia e saúde	25
2.3 Interdisciplinaridade	28
3 OBJETIVOS	30
3.1 Objetivo geral	30
3.2 Objetivos específicos.....	30
CAPÍTULO II.....	31
ARTIGO I – Mulher e agroecologia no Brasil: bibliometria de dezesseis anos de história.....	32
ARTIGO II – O florescimento de novas Margaridas: agroecologia, educação e saúde.....	34
ARTIGO III – COVID-19 e a fome: reflexões sobre um futuro agroecológico	36
CAPÍTULO III	38
CONCLUSÕES GERAIS	38
CAPÍTULO IV.....	42
NOTA À IMPRENSA	42
CAPÍTULO V	45
RELATÓRIO DE CAMPO	45
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE	57
APÊNDICE A – Formulário de pesquisa e entrevista semiestruturada	57
ANEXO.....	59
ANEXO A - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	59
ANEXO B - Normas da Revista Estudos Feministas (ARTIGO I).....	63
ANEXO C - Normas do Cadernos de Saúde Pública (ARTIGO II)	66
ANEXO D - Normas da Revista Saúde em Debate (ARTIGO III).....	72

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação de Mestrado, em conformidade com o Regimento do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC é composta por quatro capítulos, e ao final, apêndices e anexos.

Os capítulos contidos no referido trabalho são:

Capítulo I: introdução, referencial teórico e objetivos;

Capítulo II: descrição do Artigo I, Artigo II e Artigo III;

Capítulo III: relatório de campo;

Capítulo IV: nota à imprensa.

Os artigos que constam nesta dissertação são intitulados como:

ARTIGO I - Mulher e agroecologia no Brasil: uma bibliometria de dezesseis anos de história

ARTIGO II - O florescimento de novas Margaridas: agroecologia, educação e saúde

ARTIGO III - COVID-19 e a fome: reflexões sobre um futuro agroecológico

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO, MARCO TEÓRICO E OBJETIVOS

1 INTRODUÇÃO

Uma recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciou a desigualdade de gênero que atravessa a cultura e economia do nosso país. Em relação aos homens, as mulheres dispendem 73% de horas a mais em serviços domésticos, trabalham com carga horária reduzida (30 horas semanais) e recebem $\frac{3}{4}$ dos rendimentos médios (IBGE, 2018). As questões de desigualdade de gênero são relacionadas à norma social, que liga prioritariamente a mulher/feminino a questões domésticas e de cuidado, chamado trabalho reprodutivo. Ao homem compete os trabalhos produtivos diretamente remunerados, que representam um maior valor social (HIRATA, 2016; FEDERICI, 2019).

O trabalho reprodutivo compreende as atividades e relações sociais nas quais a existência acontece, ou seja, as funções fundamentais para a sustentação e perpetuação da vida. Nessa seara, o trabalho doméstico se configura como imprescindível para o desenvolvimento da sociedade capitalista, uma vez que garante a logística e o suporte à mão de obra necessária. Portanto, mesmo exercendo um trabalho invisibilizado, as mulheres são a base da sociedade. A imensa quantidade de trabalho remunerado e não remunerado desempenhado por elas, se configura como o motor propulsor dos sistemas econômico e político (HITARA; KERGOAT, 2007; FEDERICI, 2019).

Historicamente o trabalho reprodutivo foi ligado à figura feminina, construído socialmente como instintivo e intrínseco ao ser mulher. Após a segunda guerra mundial, que culminou em uma “crise de gênero” e na necessidade de reindustrialização, acirrou-se a luta das mulheres pelo descolamento das atividades do lar e pela emancipação ao mercado de trabalho. Emergiram na Europa novas perspectivas de vida para as mulheres, que não envolviam apenas cuidar “do lar”, mas a promessa de uma emancipação para o trabalho formal. Contudo, com a inserção feminina no mercado formal, veio também a sobrecarga. As novas relações de trabalho produtivo se acumularam com as demandas domésticas, designando a mulher uma dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho (ÁVILA; PORTES, 2012; FEDERICI, 2019;)

Da cidade para o campo a realidade da mulher segue enquadrada nas normas sociais, sendo impressas outras formas de opressão e controle. As agricultoras, isoladas por questões de territorialidade, cultura, entre outras, estão restritas à vida doméstica na propriedade. Exercem funções de cuidado com o lar e com a família, além das atividades produtivas de subsistência, como a manutenção de hortas e o trato de animais. Por muitas vezes, executam o labor do campo, participando das etapas de preparo do solo, plantio e colheita. Contudo, seu trabalho

por mais produtivo e/ou equivalente ao do homem, segue ocupando um status de “obrigação” ou de “ajuda”, apesar de representarem 43% do total da força de trabalho no campo (NEVES; MEDEIROS, 2013; PERROT, 2007; HERRERA, 2019).

Com pouca ou nenhuma remuneração, mesmo com uma intensa jornada de trabalho, as atribuições da mulher rural são tomadas como uma responsabilidade intrínseca do nascer e ser “mulher” ou “mãe-esposa” (BUTTO, 2009). A estrutura patriarcal e as relações socioculturais construídas resultam na invisibilização do seu trabalho, assim como de sua função social. Essa construção reflete não somente no modo que o mundo enxerga essas mulheres, mas como elas veem a si próprias e como se subjetivam (BORIS, 2014). Segundo Paulilo (2013), geralmente, as camponesas consideravam os espaços que circundam a casa como uma continuidade do lar, não havendo uma distinção, para elas, entre as atividades produtivas e reprodutivas.

Dentro das relações reprodutivas, a mulher é a principal encarregada do cuidado a saúde e a alimentação da família, e conseqüentemente são protagonistas na conversão da agricultura convencional para agroecológica. Há gerações as mulheres transmitem seu o conhecimento camponês para suas descendentes, protegendo a família do consumo de veneno e possibilitando o acesso e a diversificação alimentar. Apesar do pioneirismo feminino, devido a constituição familiar machista, em que o homem assume as relações com a sociedade e o controle financeiro, é comum que as iniciativas agroecológicas só tomem força e resultem em renda quando a figura masculina assume as atividades. Dessa forma há uma invisibilização da vanguarda e do trabalho dessas mulheres e um esvaziamento político feminino nos movimentos pró-agroecológicos, o que culminam na marginalização das pautas femininas (SILIPRANDI, 2015).

Como enfrentamento a estrutura patriarcal estabelecida no campo, desde a década de 1980, movimentos de resistência ao agronegócio, de valorização da agricultura orgânica e de ecofeminismo vem crescendo no Brasil. Há 20 anos foi realizada a primeira “Marcha das Margaridas”, um movimento autônomo constituído por 20 mil trabalhadoras rurais que caminharam até Brasília reivindicando seus direitos sob o lema: “2000 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”. O movimento ganhou força e, em 2011, mobilizou 70 mil mulheres do campo de diversas regiões do país, com pautas referentes a preservação da biodiversidade, acesso a recursos naturais e agroecologia (SILIPRANDI, 2015; MOREIRA, 2019).

A Marcha reuniu diferentes movimentos feministas, dentre eles o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que tem papel central na construção do Feminismo Camponês Popular. Esse, surge como uma vertente feminista construída pelas mulheres camponesas do Brasil e da América Latina, defendendo pautas específicas das mulheres rurais, levando em

consideração intersecções como classe, gênero, etnia entre outras. Sendo assim, se baseia na experiência concreta da vida prática das mulheres camponesas, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e das florestas. Algumas demandas são: a violência doméstica, direito à terra, cuidado com a vida das pessoas e da natureza, e a tripla jornada de trabalho (MACIAZEKI-GOMES, 2017; CALAÇA; CONTE; CENELLI, 2018).

Em homenagem a Marcha das Margaridas, intitulo o presente trabalho de dissertação como “*Do bem-me-quer às novas Margaridas: a agroecologia que colhe o futuro e aduba o protagonismo feminino em uma região fumageira*”, lançando mão como metáfora da superstição de desfolhar margaridas para prever promissões. Nesse sentido, utilizo a alegoria das pétalas para me referir a agroecologia e resistência social como formadores dessas novas Margaridas. Essas, compõe uma nova geração de mulheres agricultoras agroecológicas, que trazem um caráter renovador ao movimento e as comunidades as quais estão inseridas.

A inclusão da agroecologia como pauta, e a pressão popular de mais de 100 mil mulheres participantes da marcha, gerou respostas políticas. Dois anos após (2013), foi anunciada a criação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Além do fomento a agroecologia, o PLANAPO englobava pautas feministas, como a previsão de uma cota para contratação em chamadas públicas para as mulheres, as quais deveriam ser titulares em 50% dos contratos e, ainda, uma reserva de recurso de 30% para atividades específicas indicadas pelas mulheres para seus projetos (BRASIL, 2013).

A agroecologia foi inserida como uma reivindicação do movimento de mulheres, pois não se restringe à negação do uso de agrotóxicos. Seu conceito foi construído de forma complexa, se baseando na promoção do uso de recursos naturais de forma sustentável e a perpetuação de práticas socioculturais das famílias agricultoras. Sendo assim, compõe um campo de estudo que engloba o uso tanto da ciência, como também, do resgate das práticas socioprodutivas e de movimentos sociais (CONWAY, 1987; SICARD, 2009). A agroecologia busca o fortalecimento das comunidades, a emancipação da agricultura familiar para sistemas participativos e justos, que promovam a saúde do ambiente e das pessoas (CANDIOTTO; ZANETTI; MEIRA, 2014). Por esses motivos o movimento agroecológico defende o lema “sem feminismo não há agroecologia”, evidenciando a luta pelos preceitos da igualdade, a liberdade e a autonomia, para todos e todas (MOREIRA, 2019).

Como contraponto, a agricultura convencional visa o aumento da produtividade, tendo como prática o manejo extensivo de terras e o uso de agroquímicos. A utilização de agrotóxicos traz impactos à saúde tanto dos trabalhadores rurais, quanto da comunidade e consumidores, são relacionados a patologias, principalmente, nos sistemas neuronal, reprodutivo e respiratório

(LOPES; ALBUQUERQUE, 2018). Entidades de saúde estimam que a intoxicação aguda por agrotóxico cause 200 mil mortes por ano no mundo. Diante desse cenário, a agricultura familiar de base agroecológica é considerada uma alternativa na busca pela saúde, pela biodiversidade, pela cultura e soberania dos povos (FAO; FIDA; UNICEF, 2018).

No ano de 2020, uma pandemia assolou o mundo. Desde fevereiro, com a notificação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, medidas sanitárias para controle da propagação do vírus vêm sendo definidas pelas autoridades políticas e de saúde do país (RODRIGUEZ-MORALES *et al.*, 2020). Como principal ação, o isolamento social e o bloqueio da circulação de pessoas, conhecido como *lockdown*, termo em inglês escolhido como a palavra do ano de 2020 pelo dicionário Collins (G1, 2020).

Os sistemas de produção e distribuição de alimentos foram fortemente impactados com fechamento de rotas comerciais, da indústria de larga escala, das feiras de rua e dos estabelecimentos de alimentação. Assim, afirmando sua fragilidade, dependência e propensão ao colapso (ALTIERI; NICHOLLS, 2020; SILVA FILHO; GOMES JÚNIOR, 2020). No campo econômico, agravou-se o desemprego e a vulnerabilidade social, desnudando as desigualdades abissais no país (IBGE, 2020). Como prognóstico, projeta-se o crescimento da extrema pobreza na América Latina nos próximos anos, gerando uma multidão de 83,4 milhões de famintos, um retrocesso de 30 anos na luta contra fome (CEPAL; FAO, 2020).

Nesse contexto, pode-se pensar na potencialidade das práticas agroecológicas e de sistemas alimentares de cadeia curta, que prezem pela independência de insumos externos e pela autonomia do produtor local, assim como de redes que busquem o acesso equânime à alimentos in natura e de qualidade por toda população. Há anos os agroecologistas criticam a estrutura convencional da agroindústria, uma vez que se apresenta como insustentável e precária. Os apontamentos ultrapassam as questões puramente agrícolas e biológicas, como ausência de agrotóxicos, mas reforçam a necessidade de estruturas sociais justas, que dialoguem com a liberdade, autonomia e saúde (ALTIERI; NICHOLLS, 2020; LOKER; FRANCIS, 2020).

As questões expostas sedimentam a incursão teórica, histórica e empírica da presente dissertação. Dentre elas, a valorização de pautas específicas das mulheres rurais e as frentes de luta pela agroecologia. Nesse sentido, objetiva-se analisar, nas narrativas de jovens mulheres, as motivações para a produção agroecológica e as transformações dos papéis atribuídos à mulher camponesa, sob o olhar da autonomia, da liberdade e da saúde. Objetiva-se também refletir sobre os impactos socioeconômicos da pandemia de COVID-19, na fome e na insegurança alimentar e nutricional, traçando um contraponto com as práticas agroecológicas e suas perspectivas no Brasil e no cenário mundial.

2 O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

A Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com diversos países, elegeu 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável. Dentre eles está a promoção da equidade de gênero e o empoderamento das mulheres, o que inclui direitos iguais aos recursos econômicos, assim como valorização e compartilhamento do trabalho doméstico não remunerado (ONU, 2015). No Brasil, os dados sobre os papéis e espaços ocupados pelas camponesas apontam uma relação desigual entre os gêneros. As mulheres são proprietárias de 18,7% dos estabelecimentos agrícolas do país, no entanto representam 34% do pessoal ocupado no campo (IBGE, 2019). Como forma de organização para enfrentamento das questões de desigualdade no meio rural, surge o ecofeminismo, uma conexão entre os movimentos de mulheres e os ecológicos (SILIPRANDI, 2015).

O ecofeminismo emergiu no final da década de 1960 na chamada “segunda onda” feminista. Seus primeiros questionamentos eram sobre o aumento populacional e os direitos reprodutivos das mulheres (PULEO, 2000). Com o passar das décadas, as reivindicações e problematizações levantadas pelo movimento ganharam corpo, incluindo pautas políticas-sociais. A exemplo, o tipo de modelo econômico vigente que tem lógica produtiva e excludente por ser dominado por homens, e a devastação da natureza (PUELO, 2004). Simone de Beauvoir em seu livro “O Segundo Sexo”, diz que em algum nível todas as mulheres se encontram subordinadas aos homens, e que essa relação se mantém devido à distinção entre os atributos da natureza e os da cultura (BEAUVOIR, 1980).

Surge nos anos 1970 a discussão do papel ocupado pelas mulheres, colocadas à margem do processo de produção, não sendo reconhecidas nem por suas atividades produtivas tampouco pelas reprodutivas. Essa discussão criticava a invisibilização e inferiorização do trabalho da mulher, e assinalava que o cenário “desenvolvimentista” poderia agravar essa situação (DEERE; LEON, 2002; ORTNER, 1979). A emancipação feminina para o ambiente de trabalho resolveria a necessidade de mão de obra para reconstrução pós-guerra e poderia se apresentar como uma ferramenta de combate à fome. Ainda, essa “abertura” responderia as lutas pelas questões de justiça social, uma vez que as mulheres representavam a metade da população. Contudo, essa integração no mundo do trabalho formal significou um acúmulo de jornadas, em que a mulher foi responsabilizada tanto pelo trabalho produtivo quanto pelo reprodutivo (FEDERICI, 2019).

Para as agricultoras, a dupla ou até mesma tripla jornada de trabalho, se faz presente em sua rotina diária. Embora desempenhe atividades ligadas à lida no campo, como plantio, colheita, criação de animais e manutenção de hortas, seu papel produtivo não é reconhecido (HERRERA, 2019). Além disso, as mulheres são pioneiras na transição da agricultura convencional para agroecológica, por desempenhar atividades de cuidado com a saúde da família. As hortas orgânicas, por exemplo, são criadas e mantidas por elas. Contudo é usual que só resultem em renda quando assumidas pelos homens, devido à presença no ambiente público (SILIPRANDI, 2015).

Apesar do isolamento no campo, com o homem assumindo o controle da renda e as relações sociais fora da propriedade, emergiram no Brasil movimentos feministas de resistência camponesa. O MMC surgiu na década de 1980, em um período de redemocratização do país, com objetivo reunir as iniciativas regionais, fortalecendo e visibilizando a frente de luta. Atualmente o MMC mantém como pautas principais, questões de classe e gênero, e inclui a necessidade de garantir o acesso a alimentos seguros, com produção local e sustentáveis. Além de protagonizar a luta pela defesa da saúde pública (BERTONCELLO; BADALOTTI; KLEBA, 2018; PAULILO, 2016).

Da união dessa e de outras organizações, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), é que surge em 2000 a primeira Marcha das Margaridas, que homenageia Margarida Maria Alves, ativista, líder sindical e camponesa, executada em 1983 por lutar pelo direito à terra, justiça e igualdade. Sua organização foi resultado da demanda por movimentos feministas rurais autônomos, e do estabelecimento de cotas para mulheres em cargos de direção em diferentes movimentos sociais. A marcha acontece de 4 em 4 anos, é reconhecida como a maior manifestação de mulheres rurais do mundo (MOREIRA, 2019; TEIXEIRA; MOTTA, 2020).

Desde sua primeira edição vem colhendo frutos, porém em 2011 teve sua importância reconhecida. Durante a marcha, a presidenta Dilma Rousseff se comprometeu a formar um grupo de trabalho em respostas às demandas do movimento. Essa conquista foi determinante para criação e instituição do PLANAPO (BRASIL, 2012; BRASIL, 2013). Em 2019, a marcha levou a Brasília mais de 100 mil Margaridas, contando com o reforço da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. O lema escolhido foi "Margaridas na Luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência", refletindo as demandas atuais do país (SAMPAIO, 2019).

Figura 1: Primeira Marcha das Margaridas (2000)



Fonte: Acervo Transformatório das Margaridas.
http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139

Figura 2: Sexta Marcha das Margaridas (2019)



Fonte: Brasil de Fato
<https://www.brasildefato.com.br/2019/08/14/marcha-das-margaridas-se-encerra-com-mostra-de-forca-de-100-mil-mulheres-camponesas>

Figura 3: Quinta Marcha das Margaridas (2015)



Fonte: Maciazeki-Gomes; Ortuño (2020)

Na região em que esta dissertação foi desenvolvida, Vale do Rio Pardo (Rio Grande do Sul), existem grupos e articulações para a promoção da agroecologia e agricultura orgânica. Dentre eles, a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo (AAVRP) e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) (BERNARDO *et al.*, 2020). Além dessas organizações, o município de Santa Cruz do Sul, de maior população no Vale do Rio Pardo, conta com a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC). A escola possui ensino médio e técnico agrícola voltados aos filhos e filhas de agricultores da região. Em seu plano de

curso abarca conteúdos sobre a agroecologia, o uso de agrotóxicos, a degradação ambiental, entre outros (VERGÜTZ, 2013). A partir das atividades e das reivindicações dos movimentos locais, houve a conquista, em 2019, do curso de Bacharelado em Agroecologia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), localizada em Santa Cruz do Sul (BERNARDO *et al.*, 2020).

A integração das mulheres no movimento agroecológico na região ainda é minoritária. A média de mulheres na EFASC desde sua criação (2009) é de 20% das matrículas (SOUZA, VERGÜTZ, COSTA, 2017). Atualmente as agricultoras e artesãs agroecológicas da região, em conjunto com as egressas da EFASC, as discentes do Bacharelado da UERGS, as professoras, as pesquisadoras, entre outras, compõem o grupo denominado Articulação Mulheres e Agroecologia (AMA). O AMA organiza palestras, participa de eventos e realiza reuniões para socialização, definição de pautas e implementação de ações. Em 2019, o grupo participou da Semana dos Alimentos Orgânicos, promovendo o encontro “Mulheres, Alimentação e Agroecologia”.

2.1 Agroecologia: conceitos, trajetórias e horizontes

Apesar de terem ideologias parecidas por comporem sistemas de produção alternativos à agricultura convencional, a agroecologia e agricultura orgânica não são sinônimos. O termo “agricultura orgânica” foi definido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), como um sistema global que visa à saúde dos agrossistemas, que preservam a diversidade biológica e utilizam práticas de manejo não agressivas ao ambiente, assim como insumos não agrícolas (FAO, 1999). Em 2008, na assembleia geral da Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM), esse conceito foi ampliado, incluindo como um dos pontos a promoção da saúde do solo, dos ecossistemas e da população. A agricultura orgânica combina ciência e inovação com tradição, sendo um sistema que promove relacionamentos justos na produção de alimentos, assegurando que todos os envolvidos possam ter uma boa qualidade de vida (IFOAM, 2008).

A agroecologia, em comparação a agricultura orgânica, se apresenta como um conceito que leva em consideração questões políticas, além das ambientais e de produção. Tem como premissa o questionamento das relações econômicas, uma vez que, luta pelo fortalecimento da autonomia da agricultura familiar, pautando o enfrentamento à expansão de grandes empresas agrícolas (ligadas ou não ao movimento orgânico) (ZANETTI; CANDIOTTO; MEIRA, 2014). Nesse sentido, a agroecologia se conecta com a dimensão social, reafirmando seu caráter

popular e cultural. Além da busca pela redução da desigualdade social, o movimento agroecológico incorpora os saberes agrícolas/ alimentares acumulados pelas comunidades tradicionais, visando a multiplicação e perpetuação de práticas socioculturais dos agricultores (CAPORAL; COSTABEBER; GERVÁSIO, 2006; CONWAY, 1987; SICARD, 2009).

A soberania alimentar dos povos é um dos princípios que alicerçam a agroecologia, em que é reconhecido o direito das famílias e comunidades a elegerem suas estratégias de produção e consumo de seus alimentos (MALUF; REIS; MAGALHÃES, 2013). Dentro do movimento são constituídas “redes de agroecologia”, as quais articulam os atores envolvidos como pesquisadores, extensionistas, agricultores e outros que defendem a disseminação do conhecimento agroecológico (FINATTO, 2016). Esse saber é difundido por meio da troca de informações entre as organizações e as comunidades, se estabelecendo de forma participativa. Uma vez constituída a rede agroecológica, se abre a possibilidade da transição, ou seja, transformação gradual das práticas agrícolas convencionais para um sistema mais sustentável (COSTABEBER; MOYANO, 2000; CAPORAL; CAOSTABEBER, 2004).

Nos últimos anos houve uma multiplicação dos movimentos de agricultura alternativa, sendo crescente o número de propriedades e produtores engajados na produção orgânica. No último levantamento realizado pela IFOAM, estimou-se um aumento de 27% na área de produção orgânica mundial em 2 anos. Em 2018 eram 2,8 milhões de produtores no mundo (55% maior que 2009), em uma área de 71,5 milhões de hectares, movimentando aproximadamente 97 bilhões de euros (WILLER *et al.*, 2020). Visando a entrada no mercado, vários países desenvolveram leis para regulamentar esse tipo de agricultura. No Brasil houve um grande interesse de agências certificadoras que buscavam a comercialização em varejo e grande escala. Por outro lado, os agricultores familiares lutavam pela venda de seus produtos em feiras e mercados locais, reivindicando alternativas de certificações com menor necessidade de investimento (ABREU, 2012).

A Lei nº 10.831 (2003), que dispõe sobre a agricultura orgânica no Brasil, permitiu que a venda direta de alimentos orgânicos pudesse ser feita sem certificação, desde que os agricultores familiares elaborassem processos próprios de organização e controle social, os quais deveriam ser previamente cadastrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa medida atende o princípio da justiça social, no qual os produtores que possuem um menor capital conseguem entrar no mercado de produtos orgânicos. Além da inclusão, a ação se configurou como uma estratégia de fomento a economia local (BRASIL, 2003).

Posteriormente, com Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, que regulamentou a Lei de 2003, estabeleceu-se mecanismos para garantia de qualidade e produção orgânica. O

Decreto criou o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e oficializou os Sistemas Participativos de Garantia e do Controle Social, que permitem a venda direta pelos agricultores familiares (BRASIL, 2007). Em 2012, a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica teve como objetivo o fomento de iniciativas para transição agroecológica, integrando e articulando as políticas de produção orgânica e de base agroecológica (BRASIL, 2012). A criação dessas políticas e decretos foram frutos do crescimento dos movimentos sociais e do fortalecimento das redes locais de inovação agroecológica, e como supracitado, da forte pressão advinda da IV Marcha das Margaridas (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Em 2016, com a crise política e a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, as políticas voltadas ao campo e para promoção da agroecologia entraram em um período de desaparecimento e esvaziamento. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi rebaixado à secretaria, representou redução abrupta de aproximadamente 66% dos recursos, o menor montante desde a criação do MDA. O cenário político atual, baseado nos discursos neoliberais, e que anistia dívidas dos grandes produtores rurais, não parece ser favorável para a impulsionamento da agroecologia (PEDREIRA *et al.*, 2020).

Esse desmonte orçamentário pode ter gerado sérias implicações para o acesso a alimentos em 2020. Com a pandemia de COVID-19, os preços dos alimentos *in natura* apresentaram maior inflação comparados aos ultraprocessados, em especial tubérculos, raízes e legumes com 22,1% de acréscimo no período mais radical de isolamento (SILVA FILHO; GOMES JÚNIOR, 2020). A taxa de desemprego chegou a 13,1% no terceiro trimestre, e o número de desalentados subiu de 4,8 milhões no primeiro trimestre para 5,9 milhões no terceiro, o maior da história (IBGE, 2020). Por conseguinte, o menor poder aquisitivo e os aumentos dos preços, acarretam na precarização do acesso à alimentação adequada em qualidade e quantidade suficiente pela população que constitui a base da pirâmide de distribuição de renda (ALPINO *et al.*, 2020).

O acesso à alimentação adequada saudável é previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que reconhece o direito fundamental de toda pessoa a estar livre da fome, e alicerça a busca pela Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Ambos conceitos estão relacionados ao fortalecimento do produtor local e da agricultura familiar, que mesmo com as políticas públicas insuficientes compõe 77% dos estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2019). Ainda, DHAA e SAN, articulam-se com a agroecologia, uma vez que estão previstos nos seus princípios. Esses conceitos e atravessamentos serão discutidos no próximo subtítulo.

2.2 Agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, agroecologia e saúde

A agricultura familiar pode ser conceituada de maneira mais estrita como um grupo de atividades agrícolas (florestal, pesqueira, pastoril e aquícola) desempenhadas por uma mão de obra predominantemente familiar. Contudo, pela complexidade e tamanha importância da agricultura familiar, que representa 80% do total de produção de alimentos no mundo, faz-se necessária uma abordagem mais subjetiva do conceito (FAO, 2014). Para Ploeg (2014) a agricultura familiar é um fenômeno social, que vai na contramão da lógica industrial e da concepção burocrática dos sistemas de produção modernos. Ainda, definiu-a como complexa e multifatorial, que não se caracteriza somente pelo tamanho da propriedade, mas também pelo modo de cultivo e de vida, podendo ser considerada uma forma de vida.

No mês de maio de 2019, a FAO lançou globalmente a campanha: Década da agricultura familiar. Estima-se que no mundo existam mais de 600 milhões de propriedades agrícolas familiares, as quais equivalem 70-80% das terras produtivas (FAO, 2019). No Brasil, a agricultura familiar movimentava cerca de US\$ 55,2 bilhões, empregando 40% da população economicamente ativa, ocupando o lugar de 8ª maior do mundo (MDA, 2018). No censo agropecuário de 2017, evidenciou-se que mais de 15 milhões de pessoas no Brasil são produtores rurais, reunidos em um total de 5 milhões de estabelecimentos, nos quais 73% dos trabalhadores possuíam laço familiar com produtor (IBGE, 2019).

A agricultura familiar exerce um importante papel socioeconômico, ambiental e cultural. Por se tratar de núcleos familiares pequenos, detentores de recursos próprios e força de trabalho, tendem a perpetuar e preservar a cultura alimentar, contribuem para uma alimentação diversa e balanceada, impulsionam as economias locais, preservam a agrobiodiversidade e fazem uso sustentável dos recursos naturais. Desse modo, a agricultura familiar é uma potente ferramenta de SAN, favorecendo práticas de promoção à saúde e proteção social, fomentando o bem-estar das comunidades e o combate à fome (FAO, 2019, 2014; PLOEG, 2014).

A definição de Segurança Alimentar sempre esteve em atualização, surgindo na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) como a capacidade de cada país produzir seus alimentos, e aprimorada na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) - com a criação da ONU - como a disponibilidade suficiente de alimentos para a população, vinculando o conceito à ideia de ajudas alimentares (*food aid*) (VASCONCELLOS, 2018). Nessa época já se questionava se a garantia de SA era um direito humano ou deveria ser atribuída pelo mercado. Partindo desse conceito, a chamada Revolução Verde buscou novas estratégias de produção, como o uso de variedades genéticas, aplicação de insumos químicos e técnicas intensivas de utilização de solo,

visando ampliar a produtividade de alimentos. Contudo, apesar da intensificação da Revolução Verde e do crescimento de estoques de alimentos, paradoxalmente o número de famintos não diminuía, uma vez que o crescimento da produção não resultou na garantia de acesso aos alimentos para todos (ABRANDH, 2010).

Nas décadas de 1980 e 1990, o conceito de SA passou a incorporar também aspectos sanitários, de qualidade (nutricional, biológica e tecnológica) e, como um importante posicionamento, integrou preceitos da produção sustentável, equilibrada, culturalmente adequada e o acesso à informação. Essa visão corrobora com o DHAA conforme previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos, que reconhece o direito de todos à alimentação adequada e o direito fundamental de toda pessoa a estar livre da fome. Na Conferência Internacional de Nutrição (1992), foi agregado o aspecto nutricional e sanitário a definição, a qual passa a ser denominado SAN (ABRANDH, 2010; ONU, 1948).

No Brasil, o conceito de SAN foi consolidado na II Conferência Nacional de SAN, em 2004:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2004).

Foram criados em 2006 a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, em que se reafirmou este conceito e tornou a promoção e garantia do DHAA como objetivo e meta da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Em 2010, aprovou-se a Emenda Constitucional nº 64, a qual introduz a alimentação como direito social (BRASIL, 2006a, 2010). A erradicação da fome e garantia de SAN estão diretamente ligados a modos de produção diversos, sustentáveis e seguros, advindos da agricultura familiar, que se configura como importante chave para o alcance de SAN (FAO, FIDA, 2019)

A agroecologia faz interlocução direta com a SAN, sua inserção nas políticas públicas teve início com a Lei da Agricultura Familiar (nº11. 326/2006), que determinou linhas de crédito para as famílias e previu o manejo sustentável do ambiente. Em 2012, com a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e, em 2013, do PLANAPO, o governo firmou um compromisso de fomento ao desenvolvimento sustentável, transição e produção agroecológica. Esses documentos foram o resultado da luta dos movimentos sociais em parceria com órgãos governamentais, que dialogaram na luta oferta e consumo de alimentos

de qualidade, com produção pautada na justiça social e na soberania alimentar (BRASIL, 2006b, 2012, 2013).

A fome, que é o pivô das políticas públicas supracitadas, já vinha crescendo no mundo. Em 2017, a população mundial de famintos chegava a 821 milhões e no Brasil, aproximadamente, 52 milhões de pessoas se encontravam em insegurança alimentar e nutricional (INSAN) (FAO; FIDA; UNICEF, 2018). As projeções para os próximos anos representam um retrocesso em 30 anos na luta contra a fome. A pandemia intensificou a crise política-econômica-humanitária, desnudou e está aprofundando as desigualdades. Estima-se que o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza cresça em 16 milhões na América Latina e Caribe em 2020 (CEPAL, FAO, 2020). No mesmo sentido, o sobrepeso e a obesidade vêm crescendo exponencialmente. Em 2016 a taxa de obesidade era de 13% no mundo, mas com uma perspectiva de aumento de 2,6% ao ano, esse número pode chegar a 40% em 2025. A coexistência de altas taxas de obesidade e de desnutrição evidencia um estado de insegurança alimentar mundial (FAO, 2014; FAO *et al.* 2020).

Além da quantidade de alimentos, a SAN e o DHAA também preveem a qualidade como fator determinante para a saúde. O uso de agroquímicos é defendido pela larga indústria com a premissa de que os agrotóxicos são benéficos para o alimento. Ao evitar pragas, os alimentos tornam-se mais baratos e acessíveis, imprimindo uma vantagem econômica (SINDIVEG, 2017). Contudo, os números atuais sobre saúde, fome e ambiente vão de encontro com o discurso da indústria de defensivos agrícolas. A ONU calcula que cerca de 200 mil pessoas morrem anualmente no mundo vítimas de envenenamento agudo por pesticidas, sendo que o grupo de risco engloba trabalhadores rurais, moradores do campo, mulheres em idade reprodutiva, gestantes, lactentes, idosos, crianças e indivíduos com saúde debilitada (FAO, 2019). Ainda, projeta que a agricultura convencional estaria associada a 70% dos danos ao ambiente e da perda da biodiversidade do planeta (ONU, 2014).

Desde 2009, o Brasil lidera o mercado mundial de agrotóxicos, sendo que em 2011 representava 20% de seu comércio e produção, alcançando cerca de US\$ 8,5 bilhões em vendas (ABRASCO, 2015). Entre 2007 e 2015, foram notificados 84,2 mil casos de intoxicação após exposição a defensivos agrícolas, número que representa uma média de 28 intoxicações por dia no país (BRASIL, 2018). Uma revisão sistemática, que englobou estudos sobre os malefícios da exposição aos agrotóxicos à saúde humana e ambiental, aponta uma associação entre a exposição a agrotóxicos com determinadas patologias. Destaca-se os sistemas neuronal, reprodutivo e respiratório como os principais afetados pela exposição. Doenças mentais e neurológicas, neoplasias de sistema digestivo, infertilidade, prematuridade e malformação fetal,

são as patologias mais identificadas nesses estudos. Os homens trabalhadores rurais aparecem como a população mais afetada, estando inclusive no grupo com maior chance de morrer por suicídio (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018).

Como enfrentamento aos processos de saúde-doença ligados ao uso de produtos químicos, diversas organizações apontam a agroecologia como opção para produção de alimentos de forma sustentável, que preserve a biodiversidade e a cultura alimentar, assim como o estímulo à economia local e a agricultura familiar. A produção de alimentos de base agroecológica também é uma forma de promoção de saúde e proteção social, sendo uma ferramenta para garantia do DHAA e da SAN, no combate à fome e prevenção de patologias crônicas ligadas aos efeitos deletérios da cadeia produtiva da agricultura convencional (ABRASCO, 2015; BRASIL, 2017; FAO, 2019, 2014; PLOEG, 2014).

2.3 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade pode ser utilizada como uma ferramenta de qualificação do trabalho, visando a colaboração de diversas áreas do saber para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação. O trabalho interdisciplinar é composto por especialidades científicas de distintos setores, as quais buscam a resolução de questionamentos e/ou dificuldades através do intercâmbio de olhares, métodos, práticas e saberes. Nos últimos anos, o crescente interesse pelo trabalho interdisciplinar se deu pelo reconhecimento do seu potencial de inovação, criação e resolução de questões complexas (RAYNAUT, 2015).

O estudo da agroecologia e sua influência na sociedade não se limita aos campos científicos da ecologia e agricultura. As questões que envolvem a produção agroecológica estão necessariamente incluídas, não somente, nos campos comuns científicos e tecnológicos, como também nas disciplinas sociopolíticas e socioambientais (CANDIOTTO; MEIRA, 2014). A agroecologia foi fundamentada na incorporação de saberes populares ao manejo técnico dos recursos naturais e ambientais. Logo, as questões sociais e culturais, assim como os conhecimentos acumulados pela comunidade são reconhecidos e utilizados no campo da ciência agrária de forma interdisciplinar (CAPORAL; COSTABEBER; GERVÁSIO, 2006).

A presente pesquisa utilizará a capacidade interdisciplinar da agroecologia para analisar e compreender as questões que impactam as produtoras agroecológicas e sua unidade familiar. No âmbito da saúde, a psicologia e a nutrição estão coordenadas nas ações práticas de promoção da saúde. Com temática relativa aos sentidos produzidos frente ao trabalho e consumo sustentável e saudável de alimentos, a interlocução desses conceitos visa compreender como

essas práticas atuam no campo de promoção de saúde da família e da comunidade. Do ponto de vista político, sociológico e antropológico a questão de papéis sociais no campo, como os atores envolvidos nas produções de baixo impacto ambiental se comunicam com as relações de gênero previamente estabelecidos na sociedade.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar, nas narrativas de jovens mulheres, as motivações para a produção agroecológica e as transformações dos papéis atribuídos à mulher no campo, sob o olhar da autonomia, da liberdade e da saúde, bem como refletir sobre os impactos socioeconômicos da pandemia de COVID-19, na fome e na insegurança alimentar e nutricional, traçando um contraponto com as práticas agroecológicas e suas perspectivas no Brasil e no cenário mundial.

3.2 Objetivos específicos

- Mapear o estado da arte das produções acadêmicas sobre mulheres e agroecologia, e mensurar os padrões de construção, uso e disseminação dos estudos;
- Compreender como o cenário histórico-político se relacionou com a produção acadêmica sobre mulheres e agroecologia no Brasil;
- Identificar e analisar as motivações dessas mulheres para transição e manutenção na agricultura de base agroecológica;
- Analisar a produção agroecológica como ferramenta de emancipação da mulher do campo;
- Identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres na transição agroecológica;
- Elucidar e analisar o lugar da mulher rural na sociedade, nas esferas públicas e privadas, no núcleo familiar e nos movimentos ecológicos regionais;
- Registrar e analisar, nas falas das mulheres, as percepções dos impactos produzidos pela transição agroecológica em relação à promoção e proteção da saúde da família e da comunidade, assim como a prática de autocuidado;
- Analisar criticamente os desdobramentos sociais e políticos da pandemia de COVID-19 no Brasil, relacionando com a fome e a insegurança alimentar e nutricional, trazendo como ponto de reflexão as práticas agroecológicas, a autonomia, a liberdade e a saúde;

CAPITULO II

ARTIGOS

ARTIGO I

**MULHER E AGROECOLOGIA NO BRASIL: BIBLIOMETRIA DE DEZESSEIS ANOS
DE HISTÓRIA**

Elaborado conforme as normas do periódico Estudos Feministas

Qualis Capes: A1

Área: Interdisciplinar

Fator de Impacto (2020): 0,0327

MULHER E AGROECOLOGIA NO BRASIL: BIBLIOMETRIA DE DEZESSEIS ANOS DE HISTÓRIA

Resumo: Neste artigo mapeamos a literatura brasileira sobre a mulher na agroecologia e seus indicadores bibliográficos a partir do primeiro estudo publicado em 2004. Estudo bibliométrico, descritivo, com análise quantitativa. A busca se deu em 4 bases, com os descritores: mulher, gênero, agricultura, agricultura sustentável e agroecologia. Após o processo de exclusão de duplicatas e de triagem de títulos e resumos, restaram 82 trabalhos. Os resultados apontam para o crescimento das publicações a partir de 2013, com queda em 2019. A predominância de autoras (81,74%) demonstra uma busca por evidenciar o protagonismo feminino nos movimentos agroecológicos, bem como na ciência. Somente 6 autoras publicaram mais de um trabalho na área. Dos 21 artigos em revistas científicas, 1/3 estava concentrado no mesmo periódico, assinalando a Universidade de Santa Catarina como frente de pesquisa na temática. Destaca-se a dispersão e descontinuidade das autorias, sugerindo a necessidade da criação de redes de pesquisa de referência.

Palavras chaves: bibliometria; ciência; gênero; agroecologia.

WOMEN AND AGROECOLOGY IN BRAZIL: BIBLIOMETRY OF SIXTEEN YEARS OF HISTORY

Abstract: In this article, we mapped the Brazilian literature on women in agroecology and their bibliographic indicators from the first study published in 2004. A bibliometric, descriptive study, with quantitative analysis. The search took place on 4 bases, with the descriptors "woman", "gender", "sustainable agriculture" and "agroecology" and their similars, resulting in 82 works. In 2013, there was an increase in publications, with a drop in 2019. The predominance of authors (81.74%) demonstrates a search for highlighting female protagonism in agroecological movements, as well as in science. Only 6 authors published more than one work in the area. Of the 21 articles in scientific journals, 1/3 were concentrated in the same journal, indicating the University of Santa Catarina as a research front on the subject. The dispersion and discontinuity of authorship stands out, suggesting the need for the creation of reference research networks.

Keywords: Bibliometrics; Science; Gender; Agroecology.

ARTIGO II

O FLORESCIMENTO DE NOVAS MARGARIDAS: AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Elaborado conforme as normas dos Cadernos de Saúde Pública

Qualis Capes: A2

Área: Interdisciplinar

Fator de Impacto (2019): 1.408

O FLORESCIMENTO DE NOVAS MARGARIDAS: AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO E SAÚDE

RESUMO: Esse artigo objetiva analisar, nas narrativas de jovens agricultoras agroecológicas, a influência da educação rural, as transformações geracionais nas relações de gênero e suas percepções sobre a agroecologia. Os dados analisados resultaram de uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistadas 5 jovens mulheres integrantes de movimentos agroecológicos no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil. As gravações e transcrições foram submetidas à Análise Temática. Como resultados, a educação rural, em especial quando relacionada pela agroecologia, apresentou destaque no desenvolvimento de comunidades mais igualitárias e autônomas. Pode-se observar que a inserção das entrevistadas no movimento agroecológico abriu um espaço de questionamento e de alterações na estrutura familiar. Essa nova geração de mulheres tensiona as relações de gênero culturalmente estabelecidas, principalmente em relação a administração das propriedades e divisão de tarefas. As mulheres foram apontadas como pioneiras da produção orgânica, a qual mesmo não nomeada, sempre foi uma prática transmitida de forma transgeracional. Constatou-se que as hortas de subsistência ampliam a autonomia, contribuem para segurança alimentar e nutricional e são um dispositivo de promoção da saúde. Esses aspectos também foram atribuídos a agroecologia, a qual foi reconhecida em seu sentido amplo, não se restringindo ao status de ciência ou ideologia, mas de um modo de vida que respeita as gerações, a saúde e a natureza. Por fim, concluiu-se que a educação rural, em conjunto com os preceitos agroecológicos, contribui no processo de empoderamento e transformação dos modos de vida da mulher rural.

Palavras chaves: feminismo; agroecologia; educação rural; promoção da saúde.

ARTIGO III

COVID-19 E A FOME: REFLEXÕES SOBRE UM FUTURO AGROECOLÓGICO

Elaborado conforme as normas da Revista Saúde em Debate

Qualis Capes: B1

Área: Interdisciplinar

Fator de Impacto (2020): 0.2471

COVID-19 E A FOME: REFLEXÕES SOBRE UM FUTURO AGROECOLÓGICO

RESUMO: A pandemia de COVID-19 gerou grande impacto sobre a sociedade e a economia, desnudando as faces da desigualdade no Brasil, e traçando um caminho em direção a fome e a insegurança alimentar e nutricional. Desde fevereiro de 2020, com notificação do primeiro caso no país, as medidas de isolamento social e *lockdown* aumentaram as taxas de desemprego e desalento. Ao mesmo tempo, levaram ao fechamento de feiras locais, que concediam acesso a alimentos frescos às periferias, além da elevação do preço dos gêneros *in natura* e aumento do consumo de produtos industrializados. Dessas questões, emerge a reflexão sobre a fragilidade das cadeias de produção e consumo, que, em geral são longas, dependentes de insumos externos e de infraestrutura para o transporte. Na perspectiva de subsidiar estratégias de enfrentamento à fome, acesso a comida e mudanças na lógica da produção alimentícia, esse texto disserta sobre a potencialidade das práticas agroecológicas nesse contexto, entendendo que a agroecologia tem em seus princípios a liberdade, autonomia e saúde, dialogando com os conceitos de soberania alimentar e da luta pela equidade.

PALAVRAS CHAVES: COVID-19. Segurança alimentar e nutricional. Fome. Agroecologia.

COVID-19 and hunger: reflections about an agroecological future

ABSTRACT: The Covid -19 pandemic had a major impact on society and the economy, stripping the faces of inequality in Brazil, and tracing a path towards hunger and food and nutritional insecurity. Since February 2020, the notification of the first case in the country, social isolation and lockdown measures have increased as unemployment and discouragement rates, as well as the closing of local fairs, which granted access to fresh food to the peripheries, raising the price of fresh food and increasing the consumption of industrialized products. These questions reflect on the fragility of the production and consumption chains, which are dependent on external inputs and transport infrastructure. From the perspective of a subsidiary to fight hunger, access to food and changes in the logic of food production, this text discusses the potential of agroecological practices in this context, understanding that agroecology has in its principles freedom, autonomy and health, dialoguing with concepts of food sovereignty and the struggle for equity.

KEYWORDS: COVID-19. Agroecology. Food and nutrition security. Hunger.

CAPÍTULO III
CONCLUSÕES GERAIS

ARTIGO I - Mulher e agroecologia no Brasil: uma bibliometria de dezesseis anos de história

1- Dentre os trabalhos publicados sobre “mulher e agroecologia”, somente um quarto estava inserido em periódicos, os quais são considerados de maior confiabilidade e qualidade científica. Fato que evidencia a necessidade da busca por publicações de maior impacto na área.

2- Os grupos responsáveis por publicações, assim como as autorias, parecem ser múltiplas, dispersas e descontínuas. A criação de uma rede de pesquisa que desempenhe um trabalho durável e centralizado se apresenta como uma possibilidade de impulsionar as pesquisas na área em nível nacional.

3- A UFSC parece ocupar o papel de “frente de pesquisa” no tema. Concentra o maior número de publicações relevantes, teses, dissertações, periódicos e programas de pós-graduação.

4- Devido ao caráter sociocultural do movimento agroecológico, o estado da arte das publicações acerca da mulher e agroecologia parecem se dispor conforme a temporalidade e o panorama político-social. Esse comportamento é uma reflexão da instabilidade dos incentivos destinados à agroecologia, e da carência de um apoio permanente para o desenvolvimento desse campo.

5- As mulheres apareceram como as principais pesquisadoras, estando presente em todos os textos incluídos nesse artigo. A categoria de artigo em periódicos, que demanda maior tempo para escrita, é a que apresenta menor taxa de autoras. Esse fenômeno pode ser justificado pela dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho desempenhadas pelas mulheres.

6- As pesquisadoras mulheres são protagonistas na busca por discutir as questões de desigualdade de gênero e protagonismo feminino no ambiente agroecológico. Atualmente emerge do movimento a crítica sobre o androcentrismo das publicações, em especial das clássicas. Contudo, há uma perspectiva do feminismo como corrente importante e determinante para um futuro agroecológico, sendo que um dos preceitos do movimento é a equidade e justiça.

7- São muitas as barreiras enfrentadas pelas mulheres, tanto na ciência, como no ambiente rural. Dentre elas, a invisibilização do trabalho, a jornada dupla/tripla, as questões de maternidade, o assédio/violência de gênero, entre outras. Ao desenvolver estudos sobre mulher e agroecologia as autoras pretenderam conferir visibilidade as mulheres rurais dentro do movimento agroecológico, e por meio desses, conseqüentemente, evidenciaram o seu protagonismo na ciência.

ARTIGO II - O florescimento de novas Margaridas: agroecologia, educação e saúde

1- A educação rural referenciada na perspectiva da libertação, em conjunto com os preceitos agroecológicos, se apresentou como transformadora, formadora de comunidades mais igualitárias e autônomas. Auxiliou no desenvolvimento da capacidade de reflexão das Margaridas, na valorização dos saberes camponeses e nos questionamentos das estruturas culturalmente estabelecidas. A EFASC contribuiu, também, para a construção do AMA. O AMA é um importante espaço de luta, de reflexão e de construção coletiva. Sua atuação proporciona novas perspectivas para a vida da mulher no campo.

2- Apesar das adversidades, as Margaridas se autorreconhecem como potentes agentes de mudança. Enfrentando questões como se descobrir minoria feminina na escola, frente a invisibilização do trabalho da mulher rural, assim como a estrutura familiar machista. Elas, em conjunto das mães e avós, ocupam os lugares de pioneiras no seu trabalho, nas suas relações familiares e em comunidade. Suas vozes foram essenciais para o tensionamento dos papéis da camponesa na sociedade.

3- Evidenciou-se o protagonismo das mulheres na agroecologia, não somente na perpetuação transgeracional dos conhecimentos camponeses, como também na criação de novos saberes. Sendo elas responsáveis pelas hortas de subsistência, as quais surgiram a todo momento como uma ferramenta de emancipação, autonomia, saúde e controle sob diversos aspectos da vida.

4- As Margaridas reconhecem a agroecologia em seu sentido amplo, que abrange o respeito com a saúde e com a vida das gerações, das comunidades, das famílias e a si própria. Em especial, a compreensão de que ela não se restringe ao campo da ciência ou da ideologia, mas como uma perspectiva, um modo de vida, que defende o respeito e a saúde do planeta.

5- Ressalta-se que as Margaridas são um recorte específico das camponesas brasileiras. Apesar de comporem a minoria na escola e no campo, desfrutam de diversos privilégios. Todas entrevistadas eram de cor de pele branca, suas famílias eram donas das terras que produziam, dispunham de uma rede de apoio bem estruturada, assim como de acesso à educação e a possibilidade de permanência na universidade. Essa conjuntura viabiliza o espaço de transformações, o que pode não se reproduzir em outros contextos. A exemplo de agricultoras agroecológicas ribeirinhas, indígenas e aquilombadas, que por muitas vezes estão isoladas territorialmente, ou aquelas em situações de vulnerabilidade socioeconômica, e em condições de vida precárias.

6- Acentua-se a necessidade de investimento em políticas públicas de fomento à educação e à equidade de gênero no campo. Os incentivos e leis que apoiam às práticas agroecológicas

atualmente, não são equivalentes as reais necessidades e não fazem frente ao grau da importância dessas práticas. Urge que reconheçamos a fundamental contribuição que implicam para promoção da saúde, para autonomia da agricultura familiar e para fomento de uma sociedade mais justa e equitativa.

ARTIGO III – COVID-19 e a fome: reflexões sobre um futuro agroecológico

1- A COVID-19 afetou o setor de produção de alimentos, em especial os agricultores familiares que sofreram prejuízos econômicos pela interrupção das aulas escolares, fechamento de feiras, restaurantes, entre outros. Agravou as desigualdades sociais e a INSAN das populações mais vulneráveis, desencadeando a perda na qualidade de vida, o aumento do risco de contaminação pela doença e redução das possibilidades de superação da COVID-19.

2- A territorialização, a capilarização da distribuição de gêneros e autonomia do produtor agroecológico contribuem para a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Nesse sentido, a agroecologia se apresenta como uma ciência transformadora que se compromete com um futuro mais justo e sustentável. É reconhecida como uma potente estratégia para a superação da crise alimentar e reestruturação de um sistema agroalimentar mais resiliente, diverso e equitativo no pós- COVID-19.

3- Munido com os preceitos agroecológicos, vem crescendo o movimento de autores que aponta as práticas agroecológicas como um caminho para mitigar os impactos econômicos e alimentares da pandemia de COVID-19, assim como a reestruturação da agricultura pós-pandemia.

4- A agroecologia se apresenta como uma ferramenta de questionamento político e das relações econômicas, sociais e culturais. Perante a pandemia de COVID-19, que culminou em uma crise mundial, compreende-se que um sistema agroalimentar com alicerces na SAN e soberania alimentar dos povos se faça necessário para enfrentamento às futuras crises.

CAPÍTULO IV
NOTA À IMPRENSA

MESTRANDA DO PPGPS ESTUDA A AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA PARA O COMBATE A FOME NA PANDEMIA, E ANALISA O PROTAGONISMO DAS MULHERES NESSAS PRÁTICAS

A pesquisa intitulada “*Do bem-me-quer às novas Margaridas: a agroecologia que colhe o futuro e aduba o protagonismo feminino em uma região fumageira*”, foi realizada pela mestranda do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde da Unisc - Mestrado e Doutorado



(PPGPS), orientada pela Profª. Drª. Edna Linhares Garcia e com coorientação da Profª. Drª. Analidia Rodolpho Petry. A pesquisadora entrevistou jovens mulheres sobre suas motivações para a produção agroecológica, e sobre as transformações dos papéis atribuídos a elas no campo. Em decorrência da pandemia, a mestranda adicionou aos seus estudos os impactos socioeconômicos da COVID-19, o aumento dos índices de fome no Brasil e no Mundo, encontrando nas práticas agroecológicas uma alternativa de combate à crise alimentar.

Para condução do estudo foram divididos três eixos. No primeiro, foi realizado um levantamento dos últimos 16 anos de estudos brasileiros sobre mulher e agroecologia, analisando a frequência de publicações em cada ano, o perfil das autoras e às principais universidades e revistas científicas envolvidas na temática. Como resultado, observou-se que a Universidade de Santa Catarina é o principal núcleo de pesquisa, desenvolvendo a maioria dos estudos encontrados e possuindo a revista de melhor qualidade acadêmica. Destaca-se que 81,74% das autorias foram de mulheres. As pesquisadoras foram protagonistas nos estudos da área, o que representa uma busca das mulheres em discutir, problematizar e dar visibilidade as questões de gênero na agroecologia.

No segundo eixo, foram entrevistadas cinco jovens mulheres com atuação nos movimentos agroecológicos da Região do Vale do Rio Pardo. Todas as entrevistadas eram agricultoras e integravam a Articulação de Mulheres e Agroecologia (AMA). O AMA é um grupo organizado por alunas, ex-alunas, professoras e pesquisadoras da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do SUL (EFASC) e do curso de



Agroecologia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), conta ainda com mulheres da comunidade e de outras instituições e movimentos agroecológicos da região.

Nas conversas foram abordados temas como a educação rural, ser mulher e agricultora agroecológica, divisão do trabalho no campo e saúde. Os principais resultados apontam para a importância de uma educação rural libertadora, que incentiva a permanência no campo, a valorização da agricultura, a inserção da mulher camponesa em movimentos sociais, o respeito a saúde da família e da comunidade. O protagonismo feminino na produção agroecológica também foi relatado. Todas as participantes referiram que suas avós e mães já faziam produção de hortas orgânicas, e passavam seu conhecimento entre as gerações de mulheres da família. As entrevistadas são igualmente pioneiras na implementação de sistemas de produção mais sustentáveis, enfrentando alguma resistência familiar, mas conseguindo transformar sua realidade. Ainda, a produção agroecológica foi identificada nas falas como uma prática de promoção da saúde, tanto do indivíduo, como da família, da comunidade e da natureza.

O último eixo da pesquisa analisou a agroecologia como uma alternativa para a crise alimentar que se intensificou durante a pandemia de COVID-19. Durante os primeiros meses de pandemia no Brasil, diversos serviços e vias de transporte foram fechados. Para um isolamento social efetivo, foi instaurado no País a suspensão de serviços não essenciais, de rotas comerciais e de fronteiras. Esse quadro gerou uma crise nas grandes indústrias alimentícias, que por serem altamente dependentes de insumos, transporte e mão-de-obra, sofreram com a falta de matéria prima e com surtos de COVID-19. As comunidades periféricas foram as mais atingidas, pela falta de acesso e a alta dos preços dos alimentos frescos, pela crise econômica e pelo desemprego.

A agroecologia, surgiu como um caminho para superação da crise alimentar pelas seguintes razões: produção e distribuição alimentos localmente, sem a necessidade uma logística complexa de transporte; autonomia, uso de insumos naturais gerados na propriedade, sendo independente da indústria; movimento de resistência, que questiona e luta por relações sociais e políticas mais justas, e que incentiva a permanência da população rural no campo; produção de alimentos em quantidade e qualidade suficientes, pautados no respeito e na promoção da saúde da comunidade.

CAPÍTULO V
RELATÓRIO DE CAMPO

RELATÓRIO DE CAMPO

A dissertação intitulada “*Do bem-me-quer às novas Margaridas: a agroecologia que colhe o futuro e aduba o protagonismo feminino em uma região fumageira*”, foi desenvolvida a partir de três eixos metodológicos. No primeiro foi realizada uma revisão bibliométrica, no segundo um estudo empírico, exploratório e descritivo com abordagem qualitativa, e por fim no terceiro eixo um ensaio teórico. A coleta de dados qualitativos foi realizada em meio digital, sendo de extrema importância na construção do referencial teórico e na escrita dos três artigos resultantes dessa dissertação.

A metodologia da produção de dados, no eixo qualitativo, se deu por entrevistas semiestruturadas. Escolhi a pesquisa qualitativa para compor essa dissertação na busca por novos horizontes, é a minha primeira experiência com esse tipo de produção de dados, e se configurou como um grande desafio de pesquisa. Previamente, no projeto de pesquisa, previmos encontros presenciais nos locais de trabalho, nas residências e propriedades das agriculturas agroecológicas da região. Contudo, com o advento da pandemia de COVID-19, novas formas de produção de dados tiveram que ser pensadas, visando que o corpo da pesquisa e a sua materialidade pudesse ser tanto produzida quanto analisada de forma a manter a fidedignidade da proposta.

Assim, a realização das entrevistas foi fruto de um esforço conjunto, tendo em vista que o meio rural sofre com a distância da cidade e pela carência de rede de telefone e internet. Fatos que dificultaram o encontro entre a pesquisadora e as agricultoras, refletindo em uma execução mais tardia, nos meses de outubro e novembro de 2020.

Em um primeiro momento foi realizado o contato com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, o maior Sindicato da categoria no Rio Grande do Sul, em busca de agriculturas de base ecológica ou o que cultivavam hortas caseiras sem utilizar veneno ou insumos. O sindicato disponibilizou um espaço para produção de dados, uma sala grande arejada, com espaço para o distanciamento social adequado e com a obrigação do uso de máscaras e álcool gel pelas participantes.

Nesse dia, realizava-se a reunião das mulheres sindicalistas rurais filiadas, a única realizada no ano de 2020 devido ao novo coronavírus. O encontro ocorreu no dia 27 de outubro, momento em que a pandemia apresentava uma redução de casos e a retomada das atividades. Lá pude conhecer cerca de 12 mulheres, em sua maioria líderes de comunidade, idosas e aposentadas. As principais motivações relatadas para a participação no sindicato foram a busca para obter informação, os espaços de socialização e organização social. Nesse momento,

entrevistei cinco mulheres, conversamos sobre suas demandas, seus modos de vida e trabalho, assim como a visão delas sobre a participação das mulheres na agricultura, na sociedade e na política.

Todas as mulheres entrevistadas conheciam pouco sobre agroecologia, e devido a faixa de idade entre 50 e 75 anos - a agricultura era desempenhada apenas em pequenas hortas para subsistência. Nesse sentido, pela necessidade de discussão sobre a agroecologia, decidimos abordar outro público, mulheres jovens entre 18 e 25 anos e que participassem do movimento agroecológico, conhecendo os seus preceitos e princípios.

Para tanto, entrei em contato com uma ativista da região, a qual conheci participando de eventos online, e pude acompanhar a sua contribuição em palestras sobre agroecologia e mulher. A partir dela, conforme a metodologia de Bola de Neve, consegui o contato com outras quatro jovens mulheres que estudaram na EFASC, ou ainda que fazem bacharelado em agroecologia na UERGS. Para abordagem com essas jovens, foi determinado que os encontros ocorreriam por meio de plataformas digitais, uma vez que essas mulheres se localizavam em diferentes municípios do Vale do Rio Pardo, e não participavam de eventos presenciais.

As idas as propriedades foram suspensas, visto que se tratando de uma pesquisa no âmbito da Saúde, dentro de um Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, seria incoerente o deslocamento tanto da pesquisadora quanto do pesquisado para um momento presencial. Sendo assim, resguardamos a integridade física dos envolvidos, respeitando as normas do Ministério da Saúde que prezam pelo isolamento social e medidas sanitárias para diminuição do contágio de coronavírus.

A pesquisa qualitativa online apresenta muitas dificuldades, enfrentei instabilidades na internet, falha na gravação de áudios e de vídeos, e a necessidade de uma estrutura qualificada e estável para a produção de dados. Ainda, me deparei com a boa vontade, o interesse e a disponibilidade das agriculturas, frente a necessidade de planejamento e deslocamento para realização da entrevista em locais com melhor sinal de internet. Para reforçar a determinação dessas mulheres, cito que algumas se deslocaram para casa de familiares e/ou regiões mais próximas a cidade para viabilizar as entrevistas.

Considero esse o primeiro resultado dessa pesquisa, a mobilização por si só evidencia o protagonismo político dessas jovens mulheres, a quem denominei “Novas Margaridas”, na busca pela visibilização do trabalho da mulher rural e na transição agroecológica. Para elas, que reforçaram inúmeras vezes serem minoria nas escolas e universidades rurais, surgia a possibilidade de fazer-se ouvida, e de ter sua luta documentada. A entrevista se configurou

como uma oportunidade de disseminar seu conhecimento, inspirar novas meninas e mulheres rurais a se integrarem na luta agroecológica e se empoderarem frente a estrutura social machista.

Como limitações e dificuldades dessa etapa do estudo, destaco a perda de material audiovisual. Nas primeiras duas entrevistas a gravação em vídeo apresentou falhas, assim para transcrição foi utilizada a gravação de áudio que havia sido realizada como alternativa para problemas técnicos. A baixa qualidade ou perda de áudios ocorreram em algumas ocasiões, nesses casos solicitei esclarecimentos/correções as entrevistadas.

Por fim, expresso que o ano de 2020 foi marcado por muitas tragédias, configurando-se um momento de imensa reflexão e profundas transformações. A escrita de uma dissertação de mestrado com um cunho tão político e atual foi desafiadora. Surgiram nesse cenário oportunidades e possibilidades, as quais me dediquei profundamente. A construção dessa pesquisa, seja na teoria, seja na prática, alimentou meu arcabouço de conhecimento e de experiências, as quais marcaram a minha vida acadêmica e farão parte da minha atuação daqui para frente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lucimar Santiago *et al.* Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, p. 143–160, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v26i0.26865> Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/26865/19676> Acesso em: 28 nov. 2020.

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS - ABRANDH. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010. Disponível em: <http://www.actuar-acd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

ALPINO, Tais de Moura Ariza *et al.* COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00161320, 2020.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara Ines. Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture. **Agriculture and Human Values**, v.37, p. 525-526, 2020. DOI: 10.1007/s10460-020-10043-7 Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-020-10043-7> Acesso em: 28 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA - ABRASCO. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro / São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 809-832, dec. 2012. DOI: 10.1590/S0104-026X2012000300011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v20n3/11.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERNARDO, Marina Augusta Tauil *et al.* Um banho de agroecologia no Vale do Rio Pardo–RS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/4624/3961> Acesso em: 28 nov. 2020.

BERTONCELLO, Andressa; BADALOTTI, Rosana Maria; KLEBA, Maria Elisabeth. Saúde e Mulheres Camponesas em Movimento: o protagonismo do MMC na defesa da saúde pública. **Saúde & Transformação Social**, v. 9, n. 1/2/3, p. 165-175, 2018. Disponível em: <http://stat.entrever.incubadora.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/4793/5614> Acesso em: 28 nov. 2020.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 101–121, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/08.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 23 dez. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL - Ministério da Saúde. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: relatório final. Olinda, PE: MS, p. 1–48, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_Conferencia_2versao.pdf Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 24 jul. 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 24 jul. 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 27 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm. Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 4 fev. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 20 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm. Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Social. **Plano nacional de agroecologia e produção orgânica - PLANAPO**. 1. ed. Brasília, DF: MDS, 2013.

BRASIL - Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais para a vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos**. Brasília, DF: MS, 2017. Disponível em: <http://editora.saude.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. **Relatório nacional de vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BURG, Ines Claudete; LOVATO, Paulo Emilio. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Cadernos de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 1522-1528 maio 2007. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/2224/2050>
Acesso em: 20 jan. 2021.

BUTTO, Andrea. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; MEIRA, Suzana Gotardo de. Agricultura orgânica: uma proposta de diferenciação entre estabelecimentos rurais. **Campo-Território**, v. 9, n.19, p. 149–176, out. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26083/15520> Acesso em: 28 nov. 2020.

CALAÇA, Michela Katiuscia Alves dos Santos; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, 2018.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, RS: MDA; SAF; DATER-IIICA, 2004. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf Acesso em: 28 nov. 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; GERVÁSIO, P. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira (Eds.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. 1. ed. Brasília: IFPR, p. 44–80, 2006. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>
Acesso em: 28 nov. 2020.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. **Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria: acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: CEPAL, FAO, 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/S2000393_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y Acesso em: 28 nov. 2020.

CONWAY, Gordon Richard. The properties of agroecosystems. **Agricultural systems**, v. 24, n. 2, p. 95–117, 1987. DOI: 10.1016/0308-521X(87)90056-4

COSTABEBER, José Antônio; MOYANO, Eduardo Estrada. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 1, n. 4, p. 50–60, 2000. Disponível em: <https://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n4/13-artigo3.htm>
Acesso em: 28 nov. 2020.

DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **Comité de agricultura**. Roma: FAO, 1999. Disponível em: <http://www.fao.org/3/X0075s/X0075s.htm#P92_4899>. Acesso em: 28 nov. 2020.

FAO. **The state of food and agriculture: innovation in family farming**. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <www.fao.org/family-farming-2014/pt/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

FAO. **Organização das nações unidas para agricultura e alimentação - década da agricultura familiar**. Roma: FAO, 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-decade/home/es/>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

FAO *et al.* 2020. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020**. Transforming food systems for affordable healthy diets. Roma: 2020
<http://www.fao.org/documents/card/en/c/ca9692en>

FAO; THE INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT - FIDA; UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND - UNICEF. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo. fomentado la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición**. Roma: FAO, FIDA, UNICEF, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS MOVIMENTOS DA AGRICULTURA ORGÂNICA - IFOAM. **Definition of Organic Agriculture International Foundation for Organic Agriculture**. Itália: IFOAM, 2008. Disponível em: <https://www.ifoam.bio/sites/default/files/page/files/doa_portuguese.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020

FINATTO, Roberto Antônio. Redes de agroecologia e produção orgânica na região sul do Brasil. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 38, p. 107, 12 dez. 2016.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019.

G1. 'Lockdown' é eleita a palavra do ano 2020 pelo dicionário Collins. **G1**. 10 nov. 2020. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/10/lockdown-e-eleita-a-palavra-do-ano-2020-pelo-dicionario-collins.ghtml> Acesso em: 14 nov. 2020

HERRERA, Karolyna Marin. **A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. **Confins. Revista franco-brasileira de geografia**, n. 26, 2016. DOI:

10.4000/confins.10754 Disponível em:
<https://journals.openedition.org/confins/10754#bibliography> Acesso em: 28 nov. 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. DOI: 10.1590/S0100-15742007000300005. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132> Acesso em: 28 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 38, p. 12, 2018. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso em: 28 nov. 2020.

IBGE. **Censo Agro 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IBGE. **Desemprego**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> . Acesso em: 20 nov. 2020.

LOKER, Ali; FRANCIS, Charles. Urban food sovereignty: urgent need for agroecology and systems thinking in a post-COVID-19 future. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v.44, n. 9, p. 1119-1123, 2020. DOI: 10.1080/21683565.2020.1775752 Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21683565.2020.1775752> Acesso em: 28 nov. 2020.

LOPES, Carla Vanessa Alves; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 117, p. 518–534, jun. 2018. DOI: 10.1590/0103-1104201811714. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42n117/0103-1104-sdeb-42-117-0518.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia Maciazeki. **Narrativas de si em movimento uma genealogia da ação política de mulheres trabalhadoras rurais do sul do Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; ORTUNO, Judit Herrera. Devir Margarida: narrativas de si em experienciefetos. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 24, e190180, 2020. DOI: 10.1590/interface.190180 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v24/1807-5762-icse-24-e190180.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.

MALUF, R. S.; REIS, M. C.; MAGALHÃES, R. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. *In*: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciane; MAGALHÃES, Rosana. (Ed.). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios**

para as políticas públicas. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 15–42.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo.** 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-é-8ª-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em: 30 maio. 2019.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flávia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. *In*: SAMBUICHI, Regina Helena. Rosa *et al.* (Ed.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: IPEIA, 2017. p. 1–463.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil.** 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. **Mulheres Camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niteroi: Alternativa, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Nova York: ONU, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 29 maio. 2019.

ONU. **Panorama da biodiversidade global 4.** 4. ed. Montreal: ONU, 2014. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/destaques/PNUMA_Panorama-Biodiversidade-Global-4.pdf Acesso em: 28 nov. 2020.

ONU. **Transforming our world:** the 2030 agenda for sustainable development. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/destaques/PNUMA_Panorama-Biodiversidade-Global-4.pdf. Acesso em: 29 nov. 2020.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? *In*: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise. (Ed.). **Mulher, a cultura e a sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 95-120, 1979.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *In*: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 183-210, 2003. Disponível em: <https://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/08/mma1.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. FAO, fome e mulheres rurais. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013. DOI: 10.1590/S0011-52582013000200002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v56n2/02.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política &**

Sociedade, v. 15, p. 296-316, 2016. DOI: 10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p296 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p296/33805> Acesso em: 28 nov. 2020.

PEDREIRA, Paulo Vitor Reis *et al.* A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário como forma de esvaziamento das políticas de fomento à Agroecologia no Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/4823/3530> Acesso em: 28 nov. 2020.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PLOEG, Jan Douwe van der. Dez qualidades da agricultura familiar. **Cadernos de Debate**, n.1, p. 7–14, fev. 2014. Disponível em: http://aspta.org.br/files/2014/02/Agriculturas_Caderno_Debate-N01_Baixa.pdf Acesso em: 28 nov. 2020.

PULEO, Alicia Helda. Ecofeminismo: hacia una redefinición filosófico-política de “naturaleza” y “ser humano”. *In*: AMORÓS, Celia Puente. (Ed.). **Feminismo y filosofía**. Madri: Síntesis, 2000. p. 165–192.

PUELO, Alicia Helda. Luces y sombras de la teoría y la praxis ecofeministas. *In*: CAVANA, Maria Luisa; PULEO, Alicia Helda; SEGURA, Cristina (Eds.). **Mujeres y ecología: historia, pensamiento, sociedad**. Madri: Al-Mudayna, 2004. p. 21–34.

RAYNAUT, Claude. Dicotomia entre ser humano e natureza: paradigma fundador do pensamento científico. *In*: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. (Ed.). **Práticas de Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Editora Manole, p. 3–36, 2015.

RODRIGUEZ-MORALES, Alfonso *et al.* COVID-19 in Latin America: The implications of the first confirmed case in Brazil. **Travel medicine and infectious disease**, v. 35, p. e101613, 2020. DOI: 10.1016/j.tmaid.2020.101613. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7129040/#__ffn_sectitle Acesso em: 28 nov. 2020.

SAMPAIO, Cristiane. Marcha das Margaridas termina com demonstração de força e união de 100 mil camponesas. **Brasil de Fato**. Brasília, DF: 14 ago. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/14/marcha-das-margaridas-se-encerra-com-mostra-de-forca-de-100-mil-mulheres-camponesas> Acesso em: 28 nov. 2020.

SICARD, Tomás Enrique León. Agroecología: desafíos de una ciencia ambiental en construcción. **Agroecología**. v. 4, p. 7–17, 2009. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/117121/110791> Acesso em: 28 nov. 2020.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILVA FILHO, Olívio José da; GOMES JÚNIOR, Newton Narciso. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, p. e00095220, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00095220 Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n5/e00095220> Acesso em: 28 nov. 2020.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA VEGETAL - SINDIVEG. **O que você precisa saber sobre defensivos agrícolas**. São Paulo: 2017. Disponível em: <http://sindiveg.org.br/wp-content/uploads/2018/08/oquevoceprecisasabersobredefensivosagricolas.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SOUZA, Mariana Barbosa; VERGÜTZ, Cristina Luisa Bencke; COSTA, João Paulo Reis. A questão de gênero na Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul: um olhar sobre o estágio de vivência. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 3, n. 1, p. 104-118, 2017. DOI: 10.12957/riae.2017.29528 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/29528/20761> Acesso em: 28 nov. 2020.

TEIXEIRA, Marco Antonio; MOTTA, Renata. Unionism and feminism: alliance building in the Brazilian Marcha das Margaridas. **Social Movement Studies**, p. 1-17, 2020. DOI: 10.1080/14742837.2020.1770430 Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14742837.2020.1770430?journalCode=csms20> Acesso em: 28 nov. 2020.

VASCONCELLOS, Fernanda Castilhos França de. **As narrativas da FAO sobre segurança alimentar: uma análise sobre a convivência de paradigmas políticos conflitantes**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2018

VERGÜTZ, Cristina Luisa Bencke. **Aprendizagens na pedagogia da alternância da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.

WILLER, Helga *et al* (Eds.) **The world of organic agriculture. Statistics and emerging trends 2020**. Research Institute of Organic Agriculture FiBL and IFOAM Organics International, 2020. Disponível em: <https://www.fibl.org/fileadmin/documents/shop/5011-organic-world-2020.pdf> Acesso em: 29 nov. 2020.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Formulário de pesquisa e entrevista semiestruturada

Primeiramente eu gostaria de agradecer a tua participação, e te dizer que a entrevista é aberta, a ideia é ser um bate papo, tu podes ficar à vontade para interromper ou finalizar a conversa quando quiseres / ou necessitares. As vezes um simples conversa pode ser tocar em pontos sensíveis, então queria garantir que tu tens total liberdade se não quiser responder.

Além disso, caso seja usada alguma frase/ expressão que tu fales aqui, tua identidade vai ser preservada, será designado um nome fictício, e nenhuma informação que possa revelar a tua identidade será publicada.

QUESTIONÁRIO:

Nome: Idade: Ocupação:
Estado civil: Escolaridade

CARACTERIZAÇÃO

Partindo do ponto da agricultura familiar, eu gostaria de saber como se é formado teu núcleo familiar.

1. onde você mora?
2. quem mais vive na casa?
3. nº filhos:
4. quem trabalha no campo?
5. Você exerce além da agricultura, outras atividades? Dentro e fora da propriedade?

AGROECOLOGIA

1. Quais as 3 primeiras palavras que vem na sua cabeça quando pensa em agroecologia?
2. O que é agroecologia para você?
3. Gostaria que tu falasses um pouco como tu conheceu/ se inseriu na agroecologia. Quanto tempo?
4. Porque foi feita a transição agroecológica? Quando e Quem tomou a iniciativa?

MULHER

1. O que a mulher tem a ver com agroecologia? Qual o papel?
2. Pra você, o que é ser mulher?
3. Você enxerga a agroecologia como um cuidado em saúde? Porque?
4. Você se sente uma pessoa saudável? Por quê? Como você cuida da sua saúde?
5. Quem cuida da saúde da família?
6. Quais os principais cultivos?? Cultiva alguma planta medicinal? Quais?
7. Como é, para você, morar no campo?
8. Como é, para você, ser mulher e morar no campo?

PANDEMIA

1. A pandemia de COVID-19 impactou na geração de renda da família?
2. Mudou a forma de morar no campo?
3. Mudou a forma de como os homens e as mulheres do campo se relacionam?

ESPAÇOS E SOCIEDADE

1. Na agroecologia, existem espaços de socialização construídos pelas mulheres?

Pelos homens?

2. Quais são os espaços e momentos de não trabalho para a mulher?

Para o homem?

3. Quais são as atividades de lazer para a mulher?

Para o homem?

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1. Participa de alguma associação? Se sim, ocupa algum cargo?

2. Nessa associação, a maioria dos cargos é ocupado por mulheres ou homens?

3. Nessa associação, a maioria dos participantes são mulheres ou homens?

4. Participa de algum grupo exclusivo para mulheres?

5. No geral, como você vê a participação das mulheres na política?

ANEXO

ANEXO A - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM UMA REGIÃO FUMAGEIRA DO RIO GRANDE DO SUL

Pesquisador: LETIANE DE SOUZA MACHADO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 26886919.5.0000.5343

Instituição Proponente: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.796.909

Apresentação do Projeto:

Letiane de Souza Machado

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE MESTRADO E DOUTORADO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE
O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM UMA REGIÃO FUMAGEIRA DO RIO GRANDE DO SUL

Projeto de dissertação apresentado ao Programa de PósGraduação Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Promoção da Saúde.

Orientadora: Dr^a Edna Linhares Garcia

Objetivo da Pesquisa:

3.1 Objetivo geral

Analisar os sentidos produzidos nos discursos das mulheres agricultoras de base agroecológica em relação às motivações e transformações dos papéis atribuídos a elas após a transição da agricultura convencional para orgânica, evidenciando os impactos nas práticas de promoção e prevenção à saúde.

3.2 Objetivos específicos

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306
Bairro: Universitario **CEP:** 96.815-900
UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3717-7680 **E-mail:** cep@unisc.br



Continuação do Parecer: 3.796.909

- Identificar e analisar as motivações dessas mulheres para transição e manutenção na agricultura de base agroecológica; - Analisar a produção agroecológica como ferramenta de emancipação da mulher do campo; - Identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres na implementação da agricultura orgânica; - Elucidar e analisar o lugar da mulher rural na sociedade, nas esferas públicas e privadas, no núcleo familiar, na política e nos movimentos ecológicos regionais; - Registrar e analisar nas falas das mulheres as percepções dos impactos produzidos pela transição agroecológica em relação à promoção e proteção da saúde da família e da comunidade, assim como a prática de autocuidado; - Identificar os conhecimentos camponeses sobre biodiversidade, alimentos regionais e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), visando compreender sua relação com identidade imigratória.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Durante a entrevista o participante pode sentir constrangimento ou desconforto ao responder as questões. Em caso de manifestação dos mesmos ou ocorrência de eventos inesperados, serão interrompidas as entrevista parcial ou definitivamente.

Benefícios: O encontro com o pesquisador pode ajudar o entrevistado a refletir sobre sua comunidade, sua organização e seu papel dentro da mesma. Entendendo assim, a importância das suas atividades e do seu protagonismo no ambiente público e privado. O reconhecimento como agente de transformação do campo e da família, faz parte de um processo de subjetivação, ou seja, reflexão sobre si mesmo. Esse processo pode levar a construção da perspectiva de um novo paradigma, na relação social das mulheres como "sujeitas" protagonistas em seus universos, questionando os papéis de gênero previamente estabelecidos e a invisibilização decorrente dos mesmos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema sempre atual e de importância.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de Rosto: OK.

Cronograma: início da coleta em janeiro de 2020. Informações Básicas: 13.01.2020.

Carta de Aceite - Dispensa: OK.

Orçamento: a soma dos valores está errada. Refazer.

TCLE: OK.

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306
Bairro: Universitario **CEP:** 96.815-900
UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3717-7680 **E-mail:** cep@unisc.br



Continuação do Parecer: 3.796.909

Recomendações:

Orçamento: a soma dos valores está errada. Refazer.
Anexar Carta de Apresentação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado com recomendações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado e em condições de ser executado conforme documentos anexados à Plataforma Brasil e validados pelo CEP-UNISC.

Recomenda-se:

- Orçamento: a soma dos valores está errada. Refazer.
- Anexar Carta de Apresentação.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1420516.pdf	11/12/2019 17:05:20		Aceito
Outros	dispensa.pdf	11/12/2019 17:04:26	LETIANE DE SOUZA MACHADO	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	22/11/2019 14:57:25	LETIANE DE SOUZA MACHADO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/11/2019 11:08:25	LETIANE DE SOUZA MACHADO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Letiane_submissao.pdf	14/11/2019 11:08:10	LETIANE DE SOUZA MACHADO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	14/11/2019 11:07:40	LETIANE DE SOUZA MACHADO	Aceito
Folha de Rosto	Letiane.pdf	12/11/2019 14:50:17	LETIANE DE SOUZA MACHADO	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306
Bairro: Universitario **CEP:** 96.815-900
UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3717-7680 **E-mail:** cep@unisc.br



Continuação do Parecer: 3.796.909

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA CRUZ DO SUL, 09 de Janeiro de 2020

Assinado por:
Renato Nunes
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306
Bairro: Universitario **CEP:** 96.815-900
UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3717-7680 **E-mail:** cep@unisc.br

ANEXO B - Normas da Revista Estudos Feministas (ARTIGO I)

- **Qualis A1** Interdisciplinar

Acesso às normas no link: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/about/submissions>

Instruções para as/os autoras/es

Como e para onde enviar:

Todos os materiais apresentados devem ser enviados eletronicamente através do site: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref>, por meio da Plataforma SEER.

Documentos para submissão online

Para submissão online do manuscrito é obrigatório o preenchimento dos seguintes formulários, que devem ser inseridos no sistema no campo documento suplementares: lista de checagem das exigências para submissão; carta de apresentação com declaração de originalidade do texto.

Diretrizes para preparar texto para avaliação cega

É política da Revista Estudos Feministas fazer avaliações “duplo-cegas”, ou seja, nem o nome do/a autor/a (ou autores/as), nem o nome dos pareceristas são revelados uns aos outros. Isso é essencial para garantir pareceres e testes completos e em profundidade da pesquisa relatada.

Portanto, ao preparar o envio eletrônico de materiais para avaliação, a comissão editorial solicita ao/à autor/a que dedique alguns minutos para o exame do seu texto e que, onde apropriado, faça o seguinte:

- omita o seu nome e o da instituição na página de título, assim como dos cabeçalhos e rodapés;
- apague toda informação que possa identificá-lo/a inadvertidamente, tal como “como este autor descreveu em outro trabalho (citação)...” ou “veja (citação) para uma discussão mais aprofundada...”;
- evite uma multiplicidade de autocitações ou a citação de materiais do/a autor/a (dissertações de doutoramento, etc.) não publicados;
- apague agradecimentos a colegas ou afiliações institucionais que também possam facilitar a identificação do/a autor/a;
- apague todas as referências a apresentações anteriores do trabalho em formato de rascunho (em conferências ou seminários públicos, etc.).

O conselho editorial entende que não é possível remover conclusivamente tudo que possa levar à identificação do/a autor/a, mas é preciso cuidado para eliminar todas as fontes evidentes que possibilitem a identificação, evitando, por conseguinte, a identificação por parte dos pareceristas sobre indicadores óbvios de autoria.

Diretrizes para elaboração dos textos

1. Os textos enviados deverão ser acompanhados de documento suplementar em forma de carta de apresentação, contendo as seguintes informações: título do artigo, nome completo do/a autor/a, filiação institucional, endereço postal, telefone/fax, *e-mail* e uma breve descrição biográfica (em torno de 7 linhas).
2. O nome do/a autor/a (ou autores/as) não deverá aparecer no corpo do artigo, para garantir o anonimato no processo de avaliação.
3. Recomenda-se a utilização de processadores de texto compatíveis com Windows (.rtf, .doc ou .docx). Pede-se que os textos sejam marginados à esquerda e digitados em espaço duplo, em fonte do tipo Times New Roman 12, e que não contenham marcações.

4. Os artigos deverão ter até 9 mil palavras ou 45 mil caracteres (aproximadamente 25 laudas, papel A4), incluindo as referências bibliográficas, notas e tabelas. Devem vir acompanhados de resumo e *abstract* (no máximo 10 linhas), e palavras-chave (máximo 5) em português e em inglês, sendo obrigatória também a tradução do título para o inglês. Esses e outros Metadados devem necessariamente ser preenchidos também no sistema de submissão, sob pena de o artigo não ser considerado.

5. Os seguintes itens devem ser observados na elaboração dos textos:

- aspas duplas para citações com até três linhas;
- as citações com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de quatro centímetros da margem esquerda, com fonte do tipo Times New Roman 11 e sem aspas.
- aspas simples para palavras com emprego não convencional e para indicar citação no interior de citação de até três linhas;
- itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;
- notas de rodapé devem ser apenas notas explicativas, numeradas, e pede-se que sejam usadas com parcimônia;
- não deve ser incluída nota em título, subtítulos, resumos, tabelas e gráficos do artigo. Referências bibliográficas não devem ser inseridas em notas de rodapé;
- as fontes das quais foram extraídas as citações também devem ser indicadas no corpo do texto imediatamente após a citação, contendo apenas os seguintes dados: SOBRENOME DO/A AUTOR/A, ano de publicação da obra, número de página/s da citação;

6. As referências bibliográficas obedecerão aos seguintes critérios:

- Livro: SOBRENOME DA/O AUTORA/OR DA OBRA, Prenomes. Título da obra: subtítulo. Local de Publicação: Editora, ano de publicação.
- Capítulo de livro: SOBRENOME DA/O AUTORA/OR DO CAPÍTULO, Prenomes. “Título do capítulo: subtítulo”. In: SOBRENOME DA/O AUTORA/OR DA OBRA, Prenomes. Título da obra: subtítulo. Local de Publicação: Editora, ano de publicação. Páginas inicial e final do capítulo.
- Artigo de periódico: SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO ARTIGO, Prenomes. “Título do artigo: subtítulo”. Título do Periódico, número do volume, número do fascículo, páginas inicial e final do artigo, mês e ano.
- Dissertações e Teses: SOBRENOME DO/A AUTOR/A, Prenomes. Título da obra: subtítulo. Ano de apresentação. Categoria (Grau e Área de Concentração) – Instituição, cidade, estado, país.
- Trabalhos apresentados em eventos científicos: SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO TRABALHO, Prenomes. “Título do trabalho”. In: NOME DO EVENTO, Número da edição do evento, Cidade onde se realizou o evento. Anais... (ou Proceedings... ou Resumos...) Local de publicação: Editora, Ano de publicação. Páginas inicial e final do trabalho.
- Publicação em meios eletrônicos: Exemplo:

FREITAS, Lucas Bueno de; LUZ, Nanci Stancki da. “Gênero, Ciência e Tecnologia: estado da arte a partir de periódicos de gênero*”. Cad. Pagu [online]. Campinas, 2017, n.49, e174908. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000100304&lng=pt&nrm=iso>. Epub 13/03/2017. ISSN 1809-4449. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700490008>. Acesso el 09/10/201

Diretrizes para inserção de imagens, tabelas e gráficos

1. No caso de inserção de imagens (fotos, gravuras, quadros etc.), a responsabilidade pelo encaminhamento dos trâmites relativos aos direitos de reprodução será do/a autor/a (ou autores/as) dos artigos e dos ensaios. A aprovação final do texto dependerá da resolução desses trâmites.

2. As figuras, gráficos e imagens devem ser enviadas no formato JPG e formato TIFF, com 300 dpis. Todo material deve vir em arquivo separado do texto e com título, fonte e observações fora da imagem. Materiais fora dessas especificações não poderão ser utilizados.
3. As tabelas devem vir em forma de texto (sem inserção de nota de rodapé no interior da tabela) e em imagem no formato TIFF e resolução de 300 dpis.
4. O número de tabelas, gráficos, mapas, fotos, etc., deverá ser mantido até o limite de cinco no total, por artigo. Sempre que possível, deixá-los desvinculados de um parágrafo específico de forma a permitir alguma flexibilidade na disposição do texto e das imagens na página. Entretanto, deve haver em algum lugar do texto a indicação em negrito da imagem ou tabela para a referência cruzada. O tamanho máximo da tabela na página será 13 x 17 cm, posição vertical. Evitar tabelas grandes, com muitas células e/ou muito texto por célula. Elas não cabem nas páginas e o texto pode ficar ilegível.
5. As imagens, tabelas, gráficos devem ter título e indicação de possível local de inserção.

Autoras e autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
- b. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre).

ANEXO C - Normas do Cadernos de Saúde Pública (ARTIGO II)

- Qualis A2 Interdisciplinar

Acesso às normas no link: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/submissao/instrucao-para-autores>

Cadernos de Saúde Pública (CSP) publica artigos originais com elevado mérito científico, que contribuem com o estudo da Saúde Coletiva/Saúde Pública em geral e disciplinas afins. Desde janeiro de 2016, a revista é publicada por meio eletrônico. CSP utiliza o modelo de publicação continuada, publicando fascículos mensais. Recomendamos aos autores a leitura atenta das instruções antes de submeterem seus artigos a CSP.

1. CSP ACEITA TRABALHOS PARA AS SEGUINTE SEÇÕES:

1.1 – Perspectivas: análises de temas conjunturais, de interesse imediato, de importância para a Saúde Coletiva (máximo de 2.200 palavras).

1.2 – Debate: análise de temas relevantes do campo da Saúde Coletiva. Sua publicação é acompanhada por comentários críticos assinados por renomados pesquisadores, convidados a critérios das Editoras, seguida de resposta do autor do artigo principal (máximo de 6.000 palavras e 5 ilustrações).

1.3 – Espaço Temático: seção destinada à publicação de 3 a 4 artigos versando sobre tema comum, relevante para a Saúde Coletiva. Os interessados em submeter trabalhos para essa Seção devem consultar as Editoras.

1.4 – Revisão: revisão crítica da literatura sobre temas pertinentes à Saúde Coletiva (máximo de 8.000 palavras e 5 ilustrações). São priorizadas as revisões sistemáticas, que devem ser submetidas em inglês. São aceitos, entretanto, outros tipos de revisões, como narrativas e integrativas. Toda revisão sistemática deverá ter seu protocolo publicado ou registrado em uma base de registro de revisões sistemáticas como, por exemplo, o PROSPERO. O Editorial 32(9) discute sobre as revisões sistemáticas (Leia mais).

1.5 – Ensaio: texto original que desenvolve um argumento sobre temática bem delimitada (máximo 8.000 palavras e 5 ilustrações) (Leia mais). O Editorial 29(6) aborda a qualidade das informações dos ensaios clínicos.

1.6 – Questões Metodológicas: artigos cujo foco é a discussão, comparação ou avaliação de aspectos metodológicos importantes para o campo, seja na área de desenho de estudos, análise de dados, métodos qualitativos ou instrumentos de aferição epidemiológicos (máximo de 6.000 palavras e 5 ilustrações) (Leia mais).

1.7 – Artigo: resultado de pesquisa de natureza empírica com abordagens e enfoques diversos (máximo de 6.000 palavras e 5 ilustrações). Dentro dos diversos tipos de estudos empíricos, apresentamos dois exemplos: artigo de pesquisa etiológica na epidemiologia e artigo utilizando metodologia qualitativa. Para informações adicionais sobre diagramas causais, ler o Editorial 32(8).

1.8 – Comunicação Breve: relato de resultados de pesquisa que possam ser apresentados de forma sucinta (máximo de 1.700 palavras e 3 ilustrações).

1.9 – Cartas: crítica a artigo publicado em fascículo anterior de CSP (máximo de 700 palavras).

1.10 – Resenhas: crítica de livro relacionado ao campo temático de CSP, publicado nos últimos dois anos (máximo de 1.400 palavras). As Resenhas devem conter título e referências bibliográficas. As informações sobre o livro resenhado devem ser apresentadas no arquivo de texto.

2. NORMAS PARA ENVIO DE ARTIGOS

2.1 – CSP publica somente artigos inéditos e originais, e que não estejam em avaliação em nenhum outro periódico simultaneamente. Os autores devem declarar essas condições no processo de submissão. Caso seja identificada a publicação ou submissão simultânea em outro periódico o artigo será desconsiderado. A submissão simultânea de um artigo científico a mais de um periódico constitui grave falta de ética do autor.

2.2 – Não há taxas para submissão e avaliação de artigos.

2.3 – Serão aceitas contribuições em Português, Inglês ou Espanhol.

2.4 – Notas de rodapé, de fim de página e anexos não serão aceitos.

2.5 – A contagem de palavras inclui somente o corpo do texto e as referências bibliográficas, conforme item 6 (Passo a passo).

2.6 – Todos os autores dos artigos aceitos para publicação serão automaticamente inseridos no banco de consultores de CSP, se comprometendo, portanto, a ficar à disposição para avaliarem artigos submetidos nos temas referentes ao artigo publicado.

3. PUBLICAÇÃO DE ENSAIOS CLÍNICOS

3.1 – Artigos que apresentem resultados parciais ou integrais de ensaios clínicos devem obrigatoriamente ser acompanhados do número e entidade de registro do ensaio clínico.

3.2 – Essa exigência está de acordo com a recomendação do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME)/Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)/Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o Registro de Ensaio Clínicos a serem publicados com base em orientações da OMS, do International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE) e do Workshop ICTPR.

3.3 – As entidades que registram ensaios clínicos segundo os critérios do ICMJE são:

- Australian New Zealand Clinical Trials Registry (ANZCTR)
- Clinical Trials
- International Standard Randomised Controlled Trial Number (ISRCTN)
- Netherlands Trial Register (NTR)
- UMIN Clinical Trials Registry (UMIN-CTR)
- WHO International Clinical Trials Registry Platform (ICTRP)

4. FONTES DE FINANCIAMENTO

4.1 – Os autores devem declarar todas as fontes de financiamento ou suporte, institucional ou privado, para a realização do estudo.

4.2 – Fornecedores de materiais ou equipamentos, gratuitos ou com descontos, também devem ser descritos como fontes de financiamento, incluindo a origem (cidade, estado e país).

4.3 – No caso de estudos realizados sem recursos financeiros institucionais e/ou privados, os autores devem declarar que a pesquisa não recebeu financiamento para a sua realização.

5. CONFLITO DE INTERESSES

5.1 – Os autores devem informar qualquer potencial conflito de interesse, incluindo interesses políticos e/ou financeiros associados a patentes ou propriedade, provisão de materiais e/ou insumos e equipamentos utilizados no estudo pelos fabricantes.

6. COLABORADORES E ORCID

6.1 – Devem ser especificadas quais foram as contribuições individuais de cada autor na elaboração do artigo.

6.2 – Lembramos que os critérios de autoria devem basear-se nas deliberações do ICMJE, que determina o seguinte: o reconhecimento da autoria deve estar baseado em contribuição substancial relacionada aos seguintes aspectos: 1. Concepção e projeto ou análise e interpretação dos dados; 2. Redação do artigo ou revisão crítica relevante do conteúdo

intelectual; 3. Aprovação final da versão a ser publicada; 4. Ser responsável por todos os aspectos do trabalho na garantia da exatidão e integridade de qualquer parte da obra. Essas quatro condições devem ser integralmente atendidas.

6.3 – Todos os autores deverão informar o número de registro do ORCID no cadastro de autoria do artigo. Não serão aceitos autores sem registro.

6.4 – Os autores mantêm o direito autoral da obra, concedendo à publicação Cadernos de Saúde Pública o direito de primeira publicação.

7. AGRADECIMENTOS

7.1 – Possíveis menções em agradecimentos incluem instituições que de alguma forma possibilitaram a realização da pesquisa e/ou pessoas que colaboraram com o estudo, mas que não preencheram os critérios para serem coautores.

8. REFERÊNCIAS

8.1 – As referências devem ser numeradas de forma consecutiva de acordo com a ordem em que forem sendo citadas no texto. Devem ser identificadas por números arábicos sobrescritos (por exemplo: Silva 1). As referências citadas somente em tabelas, quadros e figuras devem ser numeradas a partir do número da última referência citada no texto. As referências citadas deverão ser listadas ao final do artigo, em ordem numérica, seguindo as normas gerais dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Apresentados a Periódicos Biomédicos. Não serão aceitas as referências em nota de rodapé ou fim de página.

8.2 – Todas as referências devem ser apresentadas de modo correto e completo. A veracidade das informações contidas na lista de referências é de responsabilidade do(s) autor(es).

8.3 – No caso de usar algum software de gerenciamento de referências bibliográficas (por exemplo: EndNote), o(s) autor(es) deverá(ão) converter as referências para texto.

9. NOMENCLATURA

9.1 – Devem ser observadas as regras de nomenclatura zoológica e botânica, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas.

10. ÉTICA E INTEGRIDADE EM PESQUISA

10.1 – A publicação de artigos que trazem resultados de pesquisas envolvendo seres humanos está condicionada ao cumprimento dos princípios éticos contidos na Declaração de Helsinki (1964, reformulada em 1975, 1983, 1989, 1996, 2000, 2008 e 2013), da Associação Médica Mundial.

10.2 – Além disso, deve ser observado o atendimento a legislações específicas (quando houver) do país no qual a pesquisa foi realizada, informando protocolo de aprovação em Comitê de Ética quando pertinente. Essa informação deverá constituir o último parágrafo da seção Métodos do artigo.

10.3 – O Conselho Editorial de CSP se reserva o direito de solicitar informações adicionais sobre os procedimentos éticos executados na pesquisa.

10.4 – CSP é filiado ao COPE (Committee on Publication Ethics) e adota os preceitos de integridade em pesquisa recomendados por esta organização. Informações adicionais sobre integridade em pesquisa leia o Editorial 34(1).

PASSO-A-PASSO

1. PROCESSO DE SUBMISSÃO ONLINE

1.1 – Os artigos devem ser submetidos eletronicamente por meio do sítio do Sistema de Avaliação e Gerenciamento de Artigos (SAGAS), disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/>.

1.2 – Outras formas de submissão não serão aceitas. As instruções completas para a submissão são apresentadas a seguir. No caso de dúvidas, entre em contato com o suporte sistema SAGAS pelo e-mail: csp-artigos@ensp.fiocruz.br.

1.3 – Inicialmente, o autor deve entrar no sistema SAGAS. Em seguida, inserir o nome do usuário e senha para ir à área restrita de gerenciamento de artigos. Novos usuários do sistema SAGAS devem realizar o cadastro em “Cadastre-se” na página inicial. Em caso de esquecimento de sua senha, solicite o envio automático da mesma em “Esqueceu sua senha?”.

1.4 – Para os novos usuários, após clicar em “Cadastre-se” você será direcionado para o cadastro no sistema SAGAS. Digite seu nome, endereço, e-mail, telefone, instituição.

2. ENVIO DO ARTIGO

2.1 – A submissão online é feita na área restrita de gerenciamento de artigos. O autor deve acessar a seção “Submeta seu texto”.

2.2 – A primeira etapa do processo de submissão consiste na verificação às normas de publicação de CSP. O artigo somente será avaliado pela Secretaria Editorial de CSP se cumprir todas essas normas.

2.3 – Na segunda etapa são inseridos os dados referentes ao artigo: título, título resumido, área de concentração, palavras-chave, informações sobre financiamento e conflito de interesses, resumo e agradecimentos, quando necessário. Se desejar, o autor pode sugerir potenciais consultores (nome, e-mail e instituição) que ele julgue capaz de avaliar o artigo.

2.4 – Na terceira etapa são incluídos o(s) nome(s) do(s) autor(es), respectiva(s) instituição(ões) por extenso, com endereço completo, telefone e e-mail, bem como a colaboração de cada um e o respectivo número de registro no ORCID (<https://orcid.org/>). Não serão aceitos autores sem registro. O autor que cadastrar o artigo, automaticamente será incluído como autor do artigo e designado autor de correspondência. A ordem dos nomes dos autores deverá ser estabelecida no momento da submissão.

2.5 – Na quarta etapa é feita a transferência do arquivo com o corpo do texto e as referências.

2.6 – O arquivo com o texto do artigo deve estar nos formatos DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) ou ODT (Open Document Text) e não deve ultrapassar 1MB.

2.7 – O texto deve ser apresentado em espaço 1,5cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.

2.8 – O arquivo com o texto deve conter somente o corpo do artigo e as referências bibliográficas. Os seguintes itens deverão ser inseridos em campos à parte durante o processo de submissão: resumos; nome(s) do(s) autor(es), afiliação ou qualquer outra informação que identifique o(s) autor(es); agradecimentos e colaborações; ilustrações (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas).

2.9 – Na quinta etapa são transferidos os arquivos das ilustrações do artigo (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas), quando necessário. Cada ilustração deve ser enviada em arquivo separado clicando em “Transferir”.

2.10 – Os autores devem obter autorização, por escrito, dos detentores dos direitos de reprodução de ilustrações que já tenham sido publicadas anteriormente.

2.11 – Finalização da submissão. Ao concluir o processo de transferência de todos os arquivos, clique em “Finalizar Submissão”.

2.12 – Confirmação da submissão. Após a finalização da submissão o autor receberá uma mensagem por e-mail confirmando o recebimento do artigo pelos CSP. Caso não receba o e-mail de confirmação dentro de 24 horas, entre em contato com a Secretaria Editorial de CSP no endereço: cadernos@ensp.fiocruz.br ou cadernos@fiocruz.br.

3. ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ARTIGO

3.1 – O autor poderá acompanhar o fluxo editorial do artigo pelo sistema SAGAS. As decisões sobre o artigo serão comunicadas por e-mail e disponibilizadas no sistema SAGAS.

3.2 – O contato com a Secretaria Editorial de CSP deverá ser feito pelo sistema SAGAS.

4. ENVIO DE NOVAS VERSÕES DO ARTIGO

4.1 – Novas versões do artigo devem ser encaminhadas usando-se a área restrita de gerenciamento de artigos <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/> do sistema SAGAS, acessando o artigo e utilizando o link “Submeter nova versão”.

5. PROVA DE PRELO

5.1 – A prova de prelo será acessada pelo(a) autor(a) de correspondência via sistema (<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/publicar/br/aceso/login>). Para visualizar a prova do artigo será necessário o programa Adobe Reader ou similar. Esse programa pode ser instalado gratuitamente pelo site: <http://www.adobe.com/products/acrobat/readstep2.html>.

5.2 - Para acessar a prova de prelo e as declarações, o(a) autor(a) de correspondência deverá acessar o link do sistema: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/publicar/br/aceso/login>, utilizando login e senha já cadastrados em nosso site. Os arquivos estarão disponíveis na aba "Documentos". Seguindo o passo a passo

5.2.1 – Na aba “Documentos”, baixar o arquivo PDF com o texto e as declarações (Aprovação da Prova de Prelo, Cessão de Direitos Autorais (Publicação Científica) e Termos e Condições).

5.2.2 – Encaminhar para cada um dos autores a prova de prelo e a declaração de Cessão de Direitos Autorais (Publicação Científica).

5.2.3 – Cada autor(a) deverá verificar a prova de prelo e assinar a declaração de Cessão de Direitos Autorais (Publicação Científica), o autor de correspondência também deverá assinar o documento de Aprovação da Prova de Prelo e indicar eventuais correções a serem feitas na prova.

5.2.4 – As declarações assinadas pelos autores deverão ser escaneadas e encaminhadas via sistema, na aba “Autores”, pelo autor de correspondência. O upload de cada documento deverá ser feito selecionando o autor e a declaração correspondente.

5.2.5 – Informações importantes para o envio de correções na prova:

5.2.5.1 – A prova de prelo apresenta numeração de linhas para facilitar a indicação de eventuais correções.

5.2.5.2 – Não serão aceitas correções feitas diretamente no arquivo PDF.

5.2.5.3 – As correções deverão ser listadas na aba “Conversas”, indicando o número da linha e a correção a ser feita.

5.3 – Após inserir a documentação assinada e as correções, deve-se clicar em “Finalizar” e assim concluir a etapa.

5.4 – As declarações assinadas pelos autores e as correções a serem feitas deverão ser encaminhadas via sistema (<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/publicar/br/aceso/login>) no prazo de 72 horas.

6. PREPARAÇÃO DO MANUSCRITO

Para a preparação do manuscrito, os autores deverão atentar para as seguintes orientações:

6.1 – O título completo (no idioma original do artigo) deve ser conciso e informativo, e conter, no máximo, 150 caracteres com espaços.

6.2 – O título corrido poderá ter o máximo de 70 caracteres com espaços.

6.3 – As palavras-chave (mínimo de 3 e máximo de 5 no idioma original do artigo) devem constar na base do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) da Biblioteca Virtual em Saúde BVS.

6.4 – Resumo. Com exceção das contribuições enviadas às seções Resenhas, Cartas, Comentários ou Perspectivas, todos os artigos submetidos deverão ter resumo no idioma original do artigo, podendo ter no máximo 1.700 caracteres com espaços. Visando a ampliar o alcance dos artigos publicados, CSP publica os resumos nos idiomas português, inglês e espanhol. No intuito de garantir um padrão de qualidade do trabalho oferecemos gratuitamente a tradução do Resumo para os idiomas a serem publicados. Não são aceitos equações e caracteres especiais (por exemplo: letras gregas, símbolos) no Resumo.

6.4.1 – Como o Resumo do artigo alcança maior visibilidade e distribuição do que o artigo em si, indicamos a leitura atenta da recomendação específica para sua elaboração (Leia mais).

6.5 – Equações e Fórmulas: as equações e fórmulas matemáticas devem ser desenvolvidas diretamente nos editores (Math, Equation, Mathtype ou outros que sejam equivalentes). Não serão aceitas equações e fórmulas em forma de imagem.

6.6 – Agradecimentos. Possíveis agradecimentos às instituições e/ou pessoas poderão ter no máximo 500 caracteres com espaços.

6.7 – Quadros. Destina-se a apresentar as informações de conteúdo qualitativo, textual do artigo, dispostas em linhas e/ou colunas. Os quadros podem ter até 17cm de largura, com fonte de tamanho 9. Devem ser submetidos em arquivo text: DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) ou ODT (Open Document TEXT). Cada dado do quadro deve ser inserido em uma célula separadamente, ou seja, não incluir mais de uma informação dentro da mesma célula.

6.8 – Tabelas. Destina-se a apresentar as informações quantitativas do artigo. As tabelas podem ter até 17cm de largura, com fonte de tamanho 9. Devem ser submetidas em arquivo de texto: DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) ou ODT (Open Document Text). As tabelas devem ser numeradas (algarismos arábicos) de acordo com a ordem em que aparecem no texto, e citadas no corpo do mesmo. Cada dado na tabela deve ser inserido em uma célula separadamente, e dividida em linhas e colunas. Ou seja, não incluir mais de uma informação dentro da mesma célula.

6.9 – Figuras. Os seguintes tipos de figuras serão aceitos por CSP: mapas, gráficos, imagens de satélite, fotografias, organogramas, e fluxogramas. As Figuras podem ter até 17cm de largura. O arquivo de cada figura deve ter o tamanho máximo de 10Mb para ser submetido, devem ser desenvolvidas e salvas/exportadas em formato vetorial/editável. As figuras devem ser numeradas (algarismos arábicos) de acordo com a ordem em que aparecem no texto, e devem ser citadas no corpo do mesmo.

6.9.1 – Os mapas devem ser submetidos em formato vetorial e são aceitos nos seguintes tipos de arquivo: WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics). Nota: os mapas gerados originalmente em formato de imagem e depois exportados para o formato vetorial não serão aceitos.

6.9.2 – Os gráficos devem ser submetidos em formato vetorial e são aceitos nos seguintes tipos de arquivo: XLS (Microsoft Excel), ODS (Open Document Spreadsheet), WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics).

6.9.3 – As imagens de satélite e fotografias devem ser submetidas nos seguintes tipos de arquivo: TIFF (Tagged Image File Format) ou BMP (Bitmap). A resolução mínima deve ser de 300dpi (pontos por polegada), com tamanho mínimo de 17,5cm de largura. O tamanho limite do arquivo deve ser de 10Mb.

6.9.4 – Os organogramas e fluxogramas devem ser submetidos em arquivo de texto ou em formato vetorial e são aceitos nos seguintes tipos de arquivo: DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format), ODT (Open Document Text), WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics).

6.9.5 – Formato vetorial. O desenho vetorial é originado com base em descrições geométricas de formas e normalmente é composto por curvas, elipses, polígonos, texto, entre outros elementos, isto é, utilizam vetores matemáticos para sua descrição.

ANEXO D - Normas da Revista Saúde em Debate (ARTIGO III)

– **Qualis B1** Interdisciplinar

Acesso às normas no link:

<https://saudeemdebate.emnuvens.com.br/sed/about/submissions#authorGuidelines>

ORIENTAÇÕES PARA A PREPARAÇÃO E SUBMISSÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos devem ser submetidos pelo site: revista.saudeemdebate.org.br. Após seu cadastramento, o autor responsável pela submissão criará seu login e senha, para o acompanhamento do trâmite.

- Artigo original: resultado de investigação empírica que possa ser generalizado ou replicado. O texto deve conter no máximo 6.000 palavras.

- **Ensaio: análise crítica sobre tema específico de relevância e interesse para a conjuntura das políticas de saúde brasileira e/ou internacional. O texto deve conter no máximo 7.000 palavras.**

- Revisão sistemática ou integrativa: revisões críticas da literatura sobre tema atual da saúde. A revisão sistemática sintetiza rigorosamente pesquisas relacionadas com uma questão. A integrativa fornece informações mais amplas sobre o assunto. O texto deve conter no máximo 8.000 palavras.

- Artigo de opinião: exclusivo para autores convidados pelo Comitê Editorial, com tamanho máximo de 7.000 palavras. Neste formato, não são exigidos resumo e abstract.

- Relato de experiência: descrição de experiências acadêmicas, assistenciais ou de extensão, com até 5.000 palavras que apórtiem contribuições significativas para a área.

- Resenha: resenhas de livros de interesse para a área da saúde coletiva, a critério do Comitê Editorial. Os textos deverão apresentar uma visão geral do conteúdo da obra, de seus pressupostos teóricos e do público a que se dirige, com tamanho de até 1.200 palavras. A capa em alta resolução deve ser enviada pelo sistema da revista.

- Documento e depoimento: trabalhos referentes a temas de interesse histórico ou conjuntural, a critério do Comitê Editorial.

Importante: em todos os casos, o número máximo de palavras inclui o corpo do artigo e as referências. Não inclui título, resumo, palavras-chave, tabelas, quadros, figuras e gráficos.

Preparação e submissão do texto

O texto pode ser escrito em português, espanhol ou inglês. Deve ser digitado no programa Microsoft® Word ou compatível, gravado em formato doc ou docx, para ser anexado no campo correspondente do formulário de submissão. Não deve conter qualquer informação que possibilite identificar os autores ou instituições a que se vinculem.

- Digitar em folha padrão A4 (210X297mm), margem de 2,5 cm em cada um dos quatro lados, fonte Times New Roman tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5.

O texto deve conter:

- Título: que expresse clara e sucintamente o conteúdo do texto, contendo, no máximo, 15 palavras. O título deve ser escrito em negrito, apenas com iniciais maiúsculas para nomes próprios. O texto em português e espanhol deve ter título na língua original e em inglês. O texto em inglês deve ter título em inglês e português.

- Resumo: em português e inglês ou em espanhol e inglês com, no máximo 200 palavras, no qual fiquem claros os objetivos, o método empregado e as principais conclusões do trabalho.

Deve ser não estruturado, sem empregar tópicos (introdução, métodos, resultados etc.), citações ou siglas, à exceção de abreviaturas reconhecidas internacionalmente.

- Palavras-chave: ao final do resumo, incluir de três a cinco palavras-chave, separadas por ponto (apenas a primeira inicial maiúscula), utilizando os termos apresentados no vocabulário estruturado (DeCS), disponíveis em: www.decs.bvs.br.

- Registro de ensaios clínicos: a 'Saúde em Debate' apoia as políticas para registro de ensaios clínicos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE), reconhecendo, assim, sua importância para o registro e divulgação internacional de informações sobre ensaios clínicos. Nesse sentido, as pesquisas clínicas devem conter o número de identificação em um dos registros de ensaios clínicos validados pela OMS e ICMJE, cujos endereços estão disponíveis em: <http://www.icmje.org>. Nestes casos, o número de identificação deverá constar ao final do resumo.

- Ética em pesquisas envolvendo seres humanos: a publicação de artigos com resultados de pesquisas envolvendo seres humanos está condicionada ao cumprimento dos princípios éticos contidos na Declaração de Helsinki, de 1964, reformulada em 1975, 1983, 1989, 1996, 2000 e 2008, da Associação Médica Mundial; além de atender às legislações específicas do país no qual a pesquisa foi realizada, quando houver. Os Artigos com pesquisas que envolveram seres humanos deverão deixar claro, na seção de material e métodos, o cumprimento dos princípios éticos e encaminhar declaração de responsabilidade no ato de submissão.

Respeita-se o estilo e a criatividade dos autores para a composição do texto, no entanto, este deve contemplar elementos convencionais, como:

- Introdução: com definição clara do problema investigado, justificativa e objetivos;
- Material e métodos: descritos de forma objetiva e clara, permitindo a reprodutibilidade da pesquisa. Caso ela envolva seres humanos, deve ficar registrado o número do parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP);
- Resultados e discussão: podem ser apresentados juntos ou em itens separados;
- Conclusões ou considerações finais: que depende do tipo de pesquisa realizada;
- Referências: devem constar somente autores citados no texto e seguir os Requisitos Uniformes de Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas, do ICMJE, utilizados para a preparação de referências (conhecidos como 'Estilo de Vancouver'). Para maiores esclarecimentos, recomendamos consultar o Manual de Normalização de Referências elaborado pela editoria do Cebes.

OBSERVAÇÕES

A revista não utiliza sublinhados e negritos como grifo. Utilizar aspas simples para chamar a atenção de expressões ou títulos de obras. Exemplos: 'porta de entrada'; 'Saúde em Debate'. Palavras em outros idiomas devem ser escritas em itálico, com exceção de nomes próprios. Evitar o uso de iniciais maiúsculas no texto, com exceção das absolutamente necessárias.

Depoimentos de sujeitos deverão ser apresentados em itálico e entre aspas duplas no corpo do texto (se menores que três linhas). Se forem maiores que três linhas, devem ser escritos em itálico, sem aspas, destacados do texto, com recuo de 4 cm, espaço simples e fonte 11. Não utilizar notas de rodapé no texto. As marcações de notas de rodapé, quando absolutamente indispensáveis, deverão ser sobrescritas e sequenciais. Evitar repetições de dados ou informações nas diferentes partes que compõem o texto.

Figuras, gráficos, quadros e tabelas devem estar em alta resolução, em preto e branco ou escala de cinza e submetidos em arquivos separados do texto, um a um, seguindo a ordem que aparecem no estudo (devem ser numerados e conter título e fonte). No texto, apenas identificar o local onde devem ser inseridos. O número de figuras, gráficos, quadros ou tabelas deverá ser, no máximo, de cinco por texto. O arquivo deve ser editável (não retirado de outros arquivos) e,

quando se tratar de imagens (fotografias, desenhos etc.), deve estar em alta resolução com no mínimo 300 DPI.

Em caso de uso de fotos, os sujeitos não podem ser identificados, a menos que autorizem, por escrito, para fins de divulgação científica.

Informações sobre os autores

A revista aceita, no máximo, sete autores por artigo. As informações devem ser incluídas apenas no formulário de submissão, contendo: nome completo, nome abreviado para citações bibliográficas, instituições de vínculo com até três hierarquias, código ORCID ID (Open Researcher and Contributor ID) e e-mail.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Todo original recebido pela revista ‘Saúde em Debate’ é submetido à análise prévia. Os trabalhos não conformes às normas de publicação da revista são devolvidos aos autores para adequação e nova submissão.

Uma vez cumpridas integralmente as normas da revista, os originais são apreciados pelo Comitê Editorial, composto pelo editor-chefe e por editores associados, que avalia a originalidade, abrangência, atualidade e atendimento à política editorial da revista. Os trabalhos recomendados pelo Comitê serão avaliados por, no mínimo, dois pareceristas, indicados de acordo com o tema do trabalho e sua expertise, que poderão aprovar, recusar e/ou fazer recomendações de alterações aos autores.

A avaliação é feita pelo método duplo-cego, isto é, os nomes dos autores e dos pareceristas são omitidos durante todo o processo de avaliação. Caso haja divergência de pareceres, o trabalho será encaminhado a um terceiro parecerista. Da mesma forma, o Comitê Editorial pode, a seu critério, emitir um terceiro parecer. Cabe aos pareceristas recomendar a aceitação, recusa ou reformulação dos trabalhos. No caso de solicitação de reformulação, os autores devem devolver o trabalho revisado dentro do prazo estipulado. Não havendo manifestação dos autores no prazo definido, o trabalho será excluído do sistema.

O Comitê Editorial possui plena autoridade para decidir sobre a aceitação final do trabalho, bem como sobre as alterações efetuadas.

Não serão admitidos acréscimos ou modificações depois da aprovação final do trabalho. Eventuais sugestões de modificações de estrutura ou de conteúdo por parte da editoria da revista serão previamente acordadas com os autores por meio de comunicação por e-mail.

A versão diagramada (prova de prelo) será enviada, por e-mail, ao autor responsável pela correspondência para revisão final, que deverá devolver no prazo estipulado. Informações complementares (devem ser encaminhadas em arquivo separado)

a) Conflito de interesses. Os trabalhos encaminhados para publicação devem conter informação sobre a existência de algum tipo de conflito de interesses. Os conflitos de interesses financeiros, por exemplo, não estão relacionados apenas com o financiamento direto da pesquisa, mas também com o próprio vínculo empregatício. Caso não haja conflito, apenas a informação “Declaro que não houve conflito de interesses na concepção deste trabalho” será suficiente.

b) Colaboradores. Devem ser especificadas as contribuições individuais de cada autor na elaboração do artigo. Segundo o critério de autoria do ICMJE, os autores devem contemplar as seguintes condições: 1) contribuir substancialmente para a concepção e o planejamento ou para a análise e a interpretação dos dados; 2) contribuir significativamente na elaboração do rascunho ou revisão crítica do conteúdo; e 3) participar da aprovação da versão final do manuscrito.

c) Agradecimentos. (Opcional).

**OS DOCUMENTOS RELACIONADOS A SEGUIR DEVEM SER
DIGITALIZADOS E ENVIADOS PELO SISTEMA DA REVISTA NO MOMENTO
DO CADASTRO DO ARTIGO.**

1. Declaração de responsabilidade e cessão de direitos autorais: Todos os autores e coautores devem preencher e assinar as declarações conforme modelo disponível aqui.
2. Parecer de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

**DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA A SER ENVIADA APÓS A APROVAÇÃO DO
ARTIGO**

1. Declaração de revisão ortográfica e gramatical: Os artigos aprovados deverão passar por revisão ortográfica e gramatical feita por profissional qualificado, com base em uma lista de revisores indicados pela revista. O artigo revisado deve vir acompanhado de declaração do revisor.
2. Declaração de tradução: os artigos aprovados poderão ser traduzidos para o inglês a critério dos autores. Neste caso, a tradução será feita por profissional qualificado, com base em uma lista de tradutores indicados pela revista. O artigo traduzido deve vir acompanhado de declaração do tradutor